

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73
4 - NIRE	35300314531	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Avenida Colares Moreira 477				Renascença II	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
65075-441		São Luis			MA
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
098	3217-2123	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
098	3235-7161	-	-		
15 - E-MAIL					
carlos.piani@equatorialenergia.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Leonardo Duarte Dias				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Avenida Colares Moreira 477			Renascença II	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
65075-441	São Luis			MA
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
098	3217-2123	3217-2137	3217-2245	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
098	3235-7161	3217-2107	3217-2257	
16 - E-MAIL				
leonardo.dias@equatorialenergia.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2006	31/12/2006	2	01/04/2006	30/06/2006	1	01/01/2006	31/03/2006
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR					10 - CÓDIGO CVM		
KPMG Auditores Independentes					00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO		
Vânia Andrade de Souza					671.396.717-53		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2006	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	102.635.220	102.635.220	283.430.937
2 - Preferenciais	94.039.957	94.039.957	283.430.936
3 - Total	196.675.177	196.675.177	566.861.873
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Holding
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	OUTROS		Dividendo	06/04/2006	ON	0,0203919290
02	OUTROS		Dividendo	06/04/2006	PN	0,0088176982

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	08/03/2006	350.542	30.000	Reserva de Capital	8.595.988	3,4900000000
02	09/03/2006	353.122	2.580	Integraliz. capital com ações	3.122.228	0,8262800000
03	10/03/2006	527.617	174.495	Reserva de Lucro	0	0,0000000000
04	05/04/2006	713.217	185.600	Subscrição Pública	38.400.000	14,5000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
1	Ativo Total	744.404	550.594
1.01	Ativo Circulante	180.841	2.159
1.01.01	Disponibilidades	180.120	2.007
1.01.01.01	Caixa	0	0
1.01.01.02	Contas Bancárias a Vista	354	2.007
1.01.01.03	Ordens de Pagamento Emitidas	0	0
1.01.01.04	Fundos de Caixa	0	0
1.01.01.05	Aplicações em Mercado Aberto	179.766	0
1.01.02	Créditos	0	0
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	0	0
1.01.02.02	(-) Provisão para créditos de Liq. Duv	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	721	152
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	721	152
1.01.04.02	Baixa Renda	0	0
1.01.04.03	Pagamentos Antecipados	0	0
1.01.04.04	Imposto de Renda e C.S Diferidos	0	0
1.01.04.05	Dividendos a Receber da Controlada	0	0
1.01.04.06	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.07	Outros Créditos a Receber	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01	Consumidores e Revendedores	0	0
1.02.01.02	Impostos a Recuperar	0	0
1.02.01.03	Pagamentos Antecipados	0	0
1.02.01.04	Imposto de Renda e C.S Diferidos	0	0
1.02.01.05	Depósitos Judiciais	0	0
1.02.01.06	Outros Créditos a Receber	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	0	0
1.03	Ativo Permanente	563.563	548.435
1.03.01	Investimentos	563.563	548.435
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	322.241	305.868
1.03.01.03	Outros Investimentos	241.322	242.567
1.03.01.03.01	Ágio em Participação em Controlada	291.810	291.810
1.03.01.03.02	(-) Amortização Acumulada do Ágio	(47.379)	(46.134)
1.03.01.03.03	(-) Deságio	(3.109)	(3.109)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2006	4 -31/03/2006
1.03.02	Imobilizado	0	0
1.03.02.01	Imobilizado	0	0
1.03.02.02	(-) Obrig. Vinculadas à Conc. do Serviço	0	0
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
2	Passivo Total	744.404	550.594
2.01	Passivo Circulante	2.348	13.786
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Encargos da Dívida	0	0
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.03	Empresa Controladora	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	18	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	1.086
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Provisões de Férias e Encargos	0	0
2.01.06.02	Provisão para Contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.329	933
2.01.08	Outros	1	11.767
2.01.08.01	Folha de Pagamento	0	0
2.01.08.02	Taxa de Iluminação Pública	0	0
2.01.08.03	Encargos dos Consumidores	0	0
2.01.08.04	Valores a Pagar	1	11.767
2.01.08.05	Outros	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	0	0
2.02.03.01	Provisão para Contingências	0	0
2.02.03.02	Entidade de Previdência Privada	0	0
2.02.03.03	Passivo a Descoberto em Controlada	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	0	0
2.02.05.01	Ressarcimento Gerador - MAE	0	0
2.02.05.02	Tributos e Contribuições Sociais	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	742.056	536.808
2.05.01	Capital Social Realizado	713.217	527.617
2.05.01.01	Capital Social Subscrito	713.217	713.217
2.05.01.02	Capital Social a Integralizar	0	(185.600)
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.02.01	Reserva para futuro aumento de capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2006	4 -31/03/2006
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.07.01	Reservas de Lucros	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.839	9.191

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	0	0	0	0
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	0	0	0	0
3.01.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0	0
3.02.01	(-) ICMS sobre Venda de En. Elétrica	0	0	0	0
3.02.02	(-) COFINS	0	0	0	0
3.02.03	(-) PIS	0	0	0	0
3.02.04	(-) Cota para RGR	0	0	0	0
3.02.05	(-) ISS	0	0	0	0
3.02.06	(-) Encargo de Cap. Emerg.	0	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	0	0	0	0
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	0	0	0	0
3.04.01	Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	0	0	0	0
3.04.02	Enc. Uso do Sist. de Trans. e Dist.	0	0	0	0
3.04.03	Custo de Operação - Pessoal	0	0	0	0
3.04.04	Custo de Operação - Material	0	0	0	0
3.04.05	Custo de Operação - Serv. Terceiros	0	0	0	0
3.04.06	Custo de Operação - Dep. e Amort.	0	0	0	0
3.04.07	Custo de Operação - CCC e CDE	0	0	0	0
3.04.08	Custo de Operação - Arr. e Aluguéis	0	0	0	0
3.04.09	Custo de Operação - TFSEE	0	0	0	0
3.04.10	Custo de Operação - Outras	0	0	0	0
3.04.11	Custo dos Serv. a Terc. - Pessoal	0	0	0	0
3.04.12	Custo dos Serv. a Terc. - Material	0	0	0	0
3.04.13	Custo dos Serv. a Terc. - Serv. Terceiro	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.04.14	Custo dos Serv. a Terc. - Dep. e Amort.	0	0	0	0
3.04.15	Custo dos Serv. a Terc. - Arr. e Aluguel	0	0	0	0
3.04.16	Custo dos Serv. a Terc. - Outras	0	0	0	0
3.05	Resultado Bruto	0	0	0	0
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	19.647	28.839	13.386	22.972
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.01.01	Despesas com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(688)	(697)	(28)	(31)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(688)	(697)	(28)	(31)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	0	0	0	0
3.06.02.03	Prov. (Rev.) de PDD e Perda com Créditos	0	0	0	0
3.06.02.04	Prcv. (Rev.) de Contingências	0	0	0	0
3.06.02.05	Depreciação e Amortização	0	0	0	0
3.06.02.06	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	5.207	(7.600)	4	8
3.06.03.01	Receitas Financeiras	5.887	5.890	4	8
3.06.03.01.01	Rendas Financeiras	5.887	5.890	4	8
3.06.03.01.02	Acréscimo Moratório de Energia Vendida	0	0	0	0
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(680)	(13.490)	0	0
3.06.03.02.01	Encargos de Dívidas	0	0	0	0
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Juros dos Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	0
3.06.03.02.04	Comissões e Outras despesas financeiras	0	(12.608)	0	0
3.06.03.02.05	Outras	(680)	(882)	0	0
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	15.128	37.136	13.410	22.995

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	16.373	39.624	13.410	22.995
3.06.06.02	Amortização de Ágio	(1.245)	(2.488)	0	0
3.06.06.03	Ganho de Capital em Controlada	0	0	0	0
3.06.06.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	19.647	28.839	13.386	22.972
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.01.01	Receita Não Operacional	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.08.02.01	Despesa Não Operacional	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	19.647	28.839	13.386	22.972
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.10.01	Contribuição Social	0	0	0	0
3.10.02	Imposto de Renda	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.11.01	IR/CSLL Diferidos	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.01.01	Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	19.647	28.839	13.386	22.972
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	196.675.177	196.675.177	566.861.873	566.861.873
	LUCRO POR AÇÃO	0,09990	0,14663	0,02361	0,04052
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
------------	---------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial”) tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de distribuição de energia nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de fevereiro de 2006, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Brisk Participações S.A. para Equatorial Energia S.A.

Em 30 de junho de 2006 a Companhia mantinha participação de 65,38% (65,40% em 31 de março de 2006) na Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR” ou “Controlada”), empresa de economia privada de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo a 1.306.885 consumidores e cobrindo uma área superior a 333 mil Km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a CEMAR e a Controladora, possui vigência até 10 de agosto de 2030, podendo ser prorrogado no máximo por mais um período de 30 anos.

Entre agosto de 2002 e abril de 2004, a CEMAR esteve sob intervenção administrativa da ANEEL. Tal intervenção foi encerrada com a troca de controle da CEMAR. Desde então, a nova administração da CEMAR vem implementando uma reestruturação financeira e operacional, focando suas atividades em seus clientes e no retorno do acionista. O processo de reestruturação abrange diversas áreas, desde a renegociação de contratos de financiamento com o correspondente alongamento do perfil da sua dívida, até renegociações do fornecimento de materiais e prestação de serviços, implementação de uma política mais contundente na cobrança das contas em atraso e, por conseguinte, uma política de arrecadação mais eficiente. Estas ações contribuíram para que a CEMAR revertisse o passivo a descoberto verificado em 31 de dezembro de 2003 no montante de R\$146.527, passando a apresentar um patrimônio líquido positivo em 30 de junho de 2006 no montante de R\$492.837.

Em 6 de março de 2006, a ANEEL aprovou a reestruturação societária da Equatorial, que contemplou a alienação indireta das ações representativas de 50% do poder de voto e 46,25% do capital social da Companhia, as quais passaram a ser detidas indiretamente pelo Pactual Latin America Power Fund Ltd., fundo gerido por subsidiária integral do Banco Pactual S.A., (“Fundo Pactual”), conforme reestruturação descrita na Nota Explicativa nº 18.

Ainda no contexto societário, em 30 de março de 2006, a Companhia realizou uma Oferta Pública de Ações (OPA), representando uma evolução em sua estrutura societária. A partir dessa oferta foram captados R\$540.270, dos quais R\$185.600 referentes à Oferta

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Primária, com emissões de novas ações. O restante correspondeu à Oferta Secundária, referente à venda de ações dos acionistas controladores e administradores. A OPA foi realizada no âmbito do Nível 2 de Práticas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), na forma de UNITS, compostas por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais. Com esta operação, aproximadamente 36,31% das ações ordinárias e 79,26% das ações preferenciais da Companhia estão em circulação no mercado.

2 CONSOLIDAÇÃO

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247, de 27 de março de 1996 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e incluem as informações trimestrais da Companhia e de sua controlada CEMAR.

A participação na controlada CEMAR em 30 de junho de 2006 era de 65,38% (65,40% em 31 de março de 2006), e os ativos, passivos, receitas e despesas do período foram integralmente considerados nas informações trimestrais consolidadas.

Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados, quando aplicável:

- Eliminação das participações no Patrimônio Líquido da controlada;
- Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;
- Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas; e
- Destaque da participação de minoritários no Passivo e na Demonstração do Resultado.

Os balanços patrimoniais, em 30 de junho de 2006 e 31 de março de 2006, e as demonstrações de resultados dos trimestres findos 30 de junho 2006 e 2005 da CEMAR estão compostos, de forma condensada, conforme demonstrado abaixo.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73
04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS	

	CEMAR	
	30/06/06	31/03/06
	1.304.800	1.272.455
ATIVO		
Circulante	381.805	387.511
Realizável a Longo Prazo	284.656	281.216
Permanente	638.339	603.728
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.304.800	1.272.455
Circulante	257.004	270.220
Exigível a Longo Prazo	554.959	534.533
Patrimônio Líquido	492.837	467.702

	CEMAR	
	2T06	2T05
Receita Operacional	257.517	201.129
Deduções à Receita Operacional	(65.746)	(48.836)
Receita Operacional Líquida	191.771	152.293
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(68.787)	(63.332)
Custo/Despesa Operacional	(70.205)	(62.815)
Resultado do Serviço	52.779	26.146
Resultado Financeiro	(12.080)	(4.936)
Resultado Operacional	40.699	21.210
Resultado Não Operacional	(785)	(566)
Resultado Antes do Imposto de Renda	39.914	20.644
RESULTADO DO EXERCÍCIO	26.394	20.644

A conciliação entre o resultado consolidado e o da controladora do trimestre findo em 30 de junho de 2006 está demonstrado a seguir:

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Controladora	19.647
Equivalência patrimonial sobre a variação das contas do patrimônio líquido da Controlada que não afetam o resultado desta:	
- Constituição da reserva de capital	-1.720
- Ajuste de exercícios anteriores	2.571
- Outros	35
Consolidado	20.533

3 APRESENTAÇÃO E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as determinações da Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com a legislação específica emanada pela ANEEL (está última apenas o consolidado).

Em atendimento à Resolução 473 da ANEEL a Controlada reclassificou no segundo trimestre de 2006 o saldo de Reposicionamento Tarifário Diferido – RTD da rubrica “Consumidores e Revendedores” para a rubrica “Pagamentos antecipados”, com o correspondente reflexo no balanço patrimonial consolidado da Equatorial. Para melhor comparabilidade, as informações trimestrais consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2006, também sofreram essa reclassificação.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotadas algumas estimativas para a contabilização das transações, tais como: contas a receber de consumidores não faturados, provisão para devedores duvidosos e provisões para contingências, dentre outras, cujos resultados reais podem apresentar variações com relação às estimativas feitas. A Administração da Companhia e de sua Controlada revisa as estimativas e premissas mencionadas acima, pelo menos, trimestralmente.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo:

Disponibilidades: Estão demonstradas a custo, acrescidas das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data de encerramento das informações trimestrais.

Consumidores e revendedores: Incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência (vide Nota Explicativa nº 5).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: Constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (vide Nota Explicativa nº 5b).

Estoques: Os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustado por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado.

Baixa Renda: Inclui os valores decorrentes dos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial de baixa renda, estabelecida pela Lei nº 10.438/02 (vide Nota Explicativa nº 7).

As demais contas integrantes dos ativos circulante e realizável de longo prazo estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações incorridos até a data do balanço.

b) Investimento:

Inclui a participação em controlada avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Inclui também o ágio registrado na aquisição da Controlada, decorrente da diferença entre o preço de aquisição e o valor do patrimônio contábil da empresa adquirida, em conformidade com a Instrução nº 247 da CVM, de 27 de março de 1996. Até o último trimestre de 2005, a Companhia efetuava a amortização do ágio de maneira linear pelo prazo remanescente do contrato de concessão da Controlada, uma vez que a CEMAR não apresentou rentabilidade nos anos iniciais da concessão. A partir de dezembro de 2005, com a CEMAR tendo atingido a lucratividade, a amortização passou a ser feita proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão da CEMAR.

O investimento da Companhia é composto ainda pelo deságio apurado na reestruturação societária da Companhia (vide Nota Explicativa 10), através da qual realizou a aquisição de novas ações do capital da CEMAR. A realização do deságio ocorrerá quando da alienação do investimento ou dissolução da Controlada.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Permanente:

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UCs, conforme determina a Portaria nº 815 da DNAEE, de 30 de novembro de 1994, e as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999 da ANEEL. O valor apurado para depreciação é debitado parte no resultado e parte no custo das obras em andamento, em função da utilização de tais bens.

Os gastos que representam o aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem são considerados como ativo imobilizado e capitalizados. Os gastos com manutenção e reparo são registrados no resultado, respeitando-se o regime de competência.

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 da ANEEL, de 26 de outubro de 2001, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações Vinculadas à Concessão é apresentado como redutor do Ativo Imobilizado. As citadas obrigações referem-se aos valores recebidos de consumidores para possibilitar a realização dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica, e aos recursos recebidos da União, do Estado do Maranhão e de outras fontes, com fins específicos de financiamento de obras de Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, incluindo os recursos do Programa Nacional de Universalização e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural (vide Nota Explicativa nº 13 (f)).

d) Passivos Circulantes e Exigível a Longo Prazo:

Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e debêntures: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial incorrida até a data do balanço, além dos juros e demais encargos previstos contratualmente e apropriados como despesas financeiras até a data do balanço.

Provisão para contingências: Estão constituídas com base na avaliação do risco potencial de perda sobre as ações em andamento, embasadas em relatórios preparados por consultores jurídicos externos e pelos consultores jurídicos da Controlada.

Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tal obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

e) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social corrente da Controlada foram calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Em 2005, a CEMAR reconheceu o ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos referente ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social acumulados e ainda sobre as diferenças temporárias apuradas no exercício. As projeções de lucro tributável da CEMAR, elaboradas por sua Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de janeiro de 2006, indicam que esse ativo será realizado em menos de 10 anos. Do ativo de R\$259.281 constituído em dezembro de 2005, R\$10.506 foi realizado no primeiro semestre de 2006.

A Companhia não apurou base tributável.

f) Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão:

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão patrocinado pela CEMAR são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação nº 371/00 da CVM.

g) Apuração do Resultado:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais de primeira linha, remuneradas na sua maior parte, conforme variação do CDI, em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia e sua Controlada. Dentre as aplicações está o fundo Exclusivo FIQ-CEMAR no montante de R\$206.841 (R\$18.194 em 31 de março de 2006), cujos únicos quotistas são a Companhia e sua Controlada, e tem sua carteira composta por quotas de outros fundos de investimento não exclusivos. Em 21 de julho de 2006, o mencionado fundo migrou para a administração, gestão e custódia da INTRAG-DTVM, uma subsidiária integral do Banco Itaú S.A., assim como teve seu nome alterado para Fundo de Investimento Araçagy (FIQ-Araçagy).

Instituição	Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado	
		30/6/2006	31/3/2006	30/6/2006	31/3/2006
Banco do Nordeste	CDB			10.213	1.161
Bradesco	Fundos de Investimentos			4.702	4.608
	CDB			545	428
HSBC	CDB			8.411	-
Itaú	CDB			8.410	-
Pactual	Fundos de Investimentos	179.766		207.424	18.757
	Letras do Tesouro Nacional			26.945	190
Banco do Brasil	CDB			103	-
Total		179.766	-	266.753	25.144

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Os créditos a receber, de curto e longo prazo, decorrentes da venda de energia e prestação de serviços de transmissão, apresentam a seguinte composição:

a) Composição por Vencimento:

Consolidado							
Saldo em 30/06/2006							
Vincendos	Vencidos			Total	PDD	Total	31/03/06
	Até 90 dias	Mais de 90 dias					
CIRCULANTE							
Consumidores:							
Residencial	22.708	20.066	11.009	53.783	11.885	41.898	39.353
Industrial	6.437	3.508	8.106	18.051	4.004	14.047	12.669
Comercial	14.469	6.789	4.305	25.563	4.012	21.551	20.537
Rural	1.796	1.832	1.474	5.102	238	4.864	4.088
Poder Público	6.375	2.164	1.323	9.862	693	9.169	9.397
Iluminação Pública	3.031	731	4.291	8.053	5.146	2.907	2.712
Serviço Público	4.398	1.585	535	6.518	439	6.079	5.237
Renda Não Faturada	18.440	-	-	18.440	-	18.440	18.924
PERCEE	113	-	-	113	-	113	113
Enc. Cap. Emergencial	1	3	428	432	-	432	464
Parcelamento	8.363	2.038	4.853	15.254	2.648	12.606	15.032
Outras	4.084	2.616	5.215	11.915	5.108	6.807	2.873
Subtotal	90.215	41.332	41.539	173.086	34.173	138.913	131.399
Concessionárias	175	-	-	175	-	175	11
CCEE (Nota 5 (c))	958	-	1.490	2.448	1.490	958	43
Total de consumidores	91.348	41.332	43.029	175.709	35.663	140.046	131.453
Cheques em Cobrança	-	-	1.118	1.118	1.118	-	-
Serviços Prestados	-	-	720	720	710	10	2.250
Total do Circulante	91.348	41.332	44.867	177.547	37.491	140.056	133.703
LONGO PRAZO							
Consumidores:							
Parcelamento	8.528	-	-	8.528	-	8.528	8.528
Cheques em Cobrança	-	-	2.234	2.234	2.234	-	-
CCEE (Nota 5 (c))	8.010	-	-	8.010	-	8.010	8.010
Total do Longo Prazo	16.538	-	2.234	18.772	2.234	16.538	16.538
TOTAL GERAL	107.886	41.332	47.101	196.319	39.725	156.594	150.241

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está de acordo com os critérios definidos na Instrução Geral 6.32 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos

Consumidores residenciais – vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais – vencidos há mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros – vencidos há mais 360 dias.

c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é o ambiente onde são transacionadas as sobras energéticas (energias no curto prazo) verificadas entre os valores de geração e de carga realizados e contratados/previstos, e são registrados pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por este órgão. Nos meses em que estas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por aquele órgão, os valores são estimados pela CEMAR, utilizando as informações disponíveis.

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

A divulgação da apuração das operações efetuadas no âmbito da CCEE, para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, apresentou o montante de R\$64.986. Deste total, há um saldo a receber pela CEMAR de R\$8.010, que está sendo contestado judicialmente. Este saldo poderá estar sujeito a modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Do montante do saldo não contestado, o valor de R\$1.490 representa inadimplência, e está provisionado.

A receita total nesse semestre, líquida dos ajustes de períodos anteriores divulgados pelo CCEE, monta a R\$1.360 (R\$137 no primeiro semestre de 2005).

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Acordo Geral do Setor Elétrico:

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o Acordo Geral do Setor Elétrico, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que ocorreu por meio de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

As Resoluções nº 480/2002 (perda de margem) e nº 001/2004 (ressarcimento do gerador) da ANEEL homologaram os valores referentes a CEMAR de R\$29.250 e R\$33.570, respectivamente. As perdas de margem foram repassadas para a concessionária enquanto que a energia livre arrecadada dos consumidores foi repassada aos geradores de energia, acrescidos dos impostos incidentes sobre o faturamento e da atualização monetária, conforme estipulado pelas Resoluções nº 369/2002 e nº 36/2003 da ANEEL. A Resolução nº 001/2004 da ANEEL fixou em 46 meses o prazo máximo de permanência da RTE na tarifa da CEMAR, contados a partir de dezembro de 2001 e encerrando-se em outubro de 2005. A CEMAR em cumprimento ao dispositivo legal suspendeu em outubro de 2005 a cobrança da RTE.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. sobre 90% do saldo. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a.; e (ii) sobre os 10% não financiados, taxa SELIC (BACEN);

Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., e para as geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);

Para o item “Parcela A”, a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Em setembro de 2005 a CEMAR terminou de recuperar todo o ativo regulatório correspondente a RTE, restando em seu passivo o valor não arrecadado a repassar aos geradores, que foi atualizado pela variação da SELIC. Com base no Ofício Circular nº 2.212, esse montante foi atualizado pela variação da SELIC e registrado como fornecedores – Ressarcimento aos Geradores.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73
--	---------------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O repasse do valor ainda devido aos geradores depende de divulgações a serem efetuadas pela ANEEL.

Os principais itens do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	30/06/06	31/03/06
ATIVO - Reconposição Tarifária - RTE		
Perda de Margem mais Tributos	37.659	37.659
Energia Livre mais Tributos	34.841	34.841
	72.500	72.500
Atualização	20.328	20.328
Amortização da Perda de Margem e Energia Livre	(92.828)	(92.828)
SALDO DO ATIVO - Curto e Longo Prazo	-	-
PASSIVO - Reconposição Tarifária - RTE		
PIS e COFINS - Circulante	-	-
Parcela A - Circulante	-	-
Ressarcimento aos Geradores - Curto e Longo Prazo	(33.570)	(33.570)
Amortização do Ressarcimento (Pagamento aos Geradores)	42.971	42.526
ICMS, PIS e COFINS - Longo Prazo	-	-
Atualização	(14.698)	(12.107)
SALDO DO PASSIVO - Curto e Longo Prazo	(5.297)	(3.151)
EFEITO LÍQUIDO TOTAL DO ACORDO DO SETOR ELÉTRICO	(5.297)	(3.151)

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de curto e longo prazo em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30/06/06		31/03/06		30/06/06		31/03/06	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
IR sobre aplicação financeira	566				7.821	-	6.659	
Antecipação de IR					6.724	-	9.479	
Antecipação de CSLL					4.176	-	3.447	
ICMS a recuperar CIAP					7.041	22.121	7.041	20.051
COFINS a compensar					503	-	503	
PIS a compensar					109	-	109	
IR/CSLL a restituir	155		152		155		152	
Outros					1.149	-	1.130	
Total	721	-	152	-	27.678	22.121	28.520	20.051

7 BAIXA RENDA

Em 1º de julho de 2003, a ANEEL emitiu a Resolução nº 320 que acrescentou novos procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda. Tal resolução determina a liquidação dos valores já liberados a título de financiamento com a utilização dos recursos da subvenção e cancela os correspondentes contratos de financiamento. Em 30 de junho de 2006 o saldo de R\$9.572 (R\$8.869 em 31 de março de 2006) representa os valores a receber da ELETROBRÁS, a serem liberados em 2006.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	Consolidado	
	30/06/06	31/03/06
Compensação de Variação de Custos da Parcela A	19.156	20.674
Debêntures	52	57
Ativo regulatório PIS/COFINS	2.669	2.650
Reposicionamento Tarifário Diferido	53.126	36.932
Seguros	193	281
Outros	888	698
Total	76.084	61.292
Curto Prazo	62.998	58.602
Longo Prazo	13.086	2.690
	76.084	61.292

a) Conta de Compensação da Variação de Valores dos Itens da Parcela A – CVA:

Os pagamentos antecipados incluem principalmente a CVA, de acordo com a Portaria Interministerial nº 025/02 do Ministério das Minas e Energia, que representa os acréscimos dos custos não gerenciáveis incorridos pela CEMAR, que somente serão considerados no próximo reajuste tarifário. De acordo com os procedimentos adotados pela ANEEL, o reajuste tarifário contempla percentuais para a amortização da CVA. O percentual aplicado para a amortização no caso da CEMAR, de acordo com o último reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2005, foi de 3,80%.

Do montante de R\$19.156 (R\$20.674 em 31 de março de 2006), R\$8.064 (R\$12.949 em 31 de março de 2006) correspondem a valores que já estão sendo amortizados em função da revisão tarifária de agosto de 2005. A amortização acumulada até o segundo trimestre de 2006 foi de R\$11.739 (R\$5.748 no primeiro trimestre de 2006).

b) Ativo Regulatório PIS/COFINS:

Em 2004, a CEMAR registrou um ativo regulatório decorrente das majorações das alíquotas do PIS e da COFINS conforme a nova legislação (Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003 e Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004). O reconhecimento desse ativo foi homologado pelo Ofício Circular nº 302 de 25 de fevereiro de 2005, que reconheceu o direito da CEMAR de requerer a compensação desse custo adicional na última revisão tarifária, o que ocorreu em agosto de 2005. A Resolução Homologatória nº 196, de 22 de agosto de 2005 incluiu no aumento da tarifa o montante necessário para a recuperação desse ativo. O saldo de R\$2.669, restante no longo

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

prazo, representa as perdas apuradas no período de 1º de agosto a 28 de agosto de 2005, que não foram incluídas na última revisão tarifária, e deverá ser considerada no próximo reajuste tarifário em agosto de 2006.

c) Reposicionamento Tarifário Diferido – RTD:

O processo de revisão tarifária, previsto nos contratos de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, aconteceu pela primeira vez no caso da CEMAR em agosto de 2005, e a sua realização está prevista a cada quatro anos. Este processo tem como objetivo redefinir o nível das tarifas de fornecimento de energia elétrica, baseando-se em custos operacionais eficientes e na adequada remuneração sobre os investimentos realizados de forma eficiente e prudente pelas empresas.

O processo de Revisão Tarifária da CEMAR teve início em 2004 e foi concluído no dia 22 de agosto de 2005 com a divulgação pela ANEEL do novo reposicionamento tarifário. As tarifas de fornecimento de energia elétrica da CEMAR tiveram reajuste médio de 15,95%, sendo que a ANEEL autorizou, por meio da Resolução Homologatória nº 196 de 22 de agosto de 2005, apenas o repasse imediato de 7,16% acrescido dos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica (CVA e ativos regulatórios) de 3,80%, implicando em um aumento tarifário total de 10,96%. O recebimento pela CEMAR da diferença do índice, foi diferido em três parcelas para os anos de 2006, 2007 e 2008.

A CEMAR está contabilizando mensalmente a parcela do RTD, constituído pela diferença entre o índice médio homologado de 15,95% e o repasse imediato médio autorizado para as tarifas 7,16%, calculado sobre sua receita bruta (antes da aplicação do reajuste autorizado). De acordo com a Resolução Homologatória nº 196, a ANEEL incluirá na parcela B dos reajustes tarifários dos próximos três anos (agosto de 2006, 2007 e 2008) o montante de R\$42.744 para compensar a diferença do reajuste postergado. Até 30 de junho de 2006, a CEMAR contabilizou como Ativo Regulatório o valor total de R\$53.126 (R\$36.932 em 31 de março de 2006), sendo R\$10.382, correspondente ao excedente ao valor que é esperado que seja incluído no próximo reajuste tarifário, no ativo realizável a longo prazo.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Desde 2004, a CEMAR se encontra em processo de reestruturação, tendo este processo se iniciado com a reorganização da estrutura de capital em 2004, e continuado com a reorganização de suas atividades operacionais. Em função disto, a Administração da CEMAR, baseada no disposto na Instrução nº 371/2000 da CVM, entendeu que o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias deveria ser reconhecido no exercício de 2005.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Estes créditos fiscais diferidos não possuem prazo de prescrição para sua recuperação, e estão registrados em consonância com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, e da Instrução nº 371 da CVM, de 27 de junho de 2002. Estão registrados no ativo circulante e no realizável a longo prazo da Companhia, considerando a expectativa de sua realização, determinada com base nas projeções de resultados futuros da CEMAR, observando o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, exceto para os créditos decorrentes de diferenças temporárias, que serão integralmente recuperados no momento da realização do principal.

a) Composição dos Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Consolidado	
	30/06/06	31/03/06
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais	197.241	201.167
Diferenças temporais	12.378	13.901
	209.619	215.068
Contribuição social		
Base negativa	34.807	35.500
Diferenças temporais	4.349	4.884
	39.156	40.384
Total	248.775	255.452
Curto prazo	22.027	17.651
Longo prazo	226.748	237.801
	248.775	255.452

b) Expectativa de Recuperação

Baseada em estudos técnicos de viabilidade que indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos, a Administração da CEMAR estima que a expectativa de realização dos créditos fiscais possa ser assim representada:

Expectativa de Realização	2006	2007	2008	2009	2010	2011 a 2015	Total
Impostos Diferidos	13.974	19.106	24.173	29.249	31.892	130.381	248.775

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os estudos técnicos acima mencionados correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da CEMAR e do mercado que a mesma opera. Tais estudos foram efetuados em 2005, e foram aprovados pelo Conselho de Administração da CEMAR em 20 de janeiro de 2006. O mesmo será revisado pela Administração até o final do exercício de 2006.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais sobre o resultado da Controlada e da despesa de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado			
	30/06/06		31/03/06	
	IR	CS	IR	CS
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	87.683	87.683	47.769	47.769
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal	21.921	7.891	11.942	4.299
Adições:				
Despesas não dedutíveis	37.327	13.444	32.605	11.740
Exclusões:				
Reversões de provisões, RTD e ativos regulatórios	(39.216)	(14.118)	(35.168)	(12.660)
Outros itens:				
Compensação de prejuízo fiscal e Base negativa	(6.010)	(2.165)	(2.814)	(1.014)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	14.022	5.052	6.565	2.365
Incentivo PAT	(328)		(158)	0
Reversão 2005	(2.302)	(829)		
Despesa	11.392	4.223	6.407	2.365
Alíquota efetiva (excluindo Ativo Fiscal Diferido)	12,99%	4,82%	13,41%	4,95%
Ativo Fiscal Diferido	7.725	2.781	2.816	1.014
Despesa total	19.117	7.004	9.223	3.379
Alíquota efetiva com Ativo Fiscal Diferido	21,80%	7,99%	19,31%	7,07%

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Incentivo fiscal

As despesas no trimestre findo em 30 de junho de 2006 referentes ao Imposto de Renda não consideram o incentivo fiscal de R\$2.631 (R\$3.122 no primeiro trimestre de 2006) obtido pela CEMAR junto à Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, que deduz o imposto a pagar e é registrado diretamente como Reserva de Capital na conta de Patrimônio Líquido da Controlada.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através dos Laudos Constitutivos nº 0289/2005 e nº 0323/2005, emitidos pela ADENE respectivamente em 25 de novembro e 21 de dezembro de 2005, e que outorgam à CEMAR:

- Laudo 0289 – 25% de redução do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida no estado do Maranhão até janeiro de 2008, declinando este percentual para 12,5% a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013, e
- Laudo 0323 – 75% de redução do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida no estado do Maranhão até o final do ano calendário de 2015, incidente sobre o excedente da capacidade instalada do empreendimento no estado do Maranhão.

Esses incentivos impõem algumas obrigações e restrições que devem ser observados pela Controlada:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10 INVESTIMENTO EM COMPANHIA CONTROLADA E SALDO COM PARTES RELACIONADAS

As principais informações sobre os investimentos em participação societária na CEMAR e saldos e transações com partes relacionadas são como segue:

	Controladora	
	30/6/2006	31/3/2006
Em milhares de ações		
Composição acionária da controlada:		
- Ações ordinárias	15.951.712.445	15.948.410.147
- Ações preferenciais - Classe A	123.923.178	123.923.178
- Ações preferenciais - Classe B	162.572.922	162.572.922
- Total de Ações (a)	16.238.208.545	16.234.906.247
Em milhares de R\$		
Patrimônio líquido da controlada		
- Capital social (a)	157.622	157.580
- Resultado nos trimestre findo em 30 de junho	26.394	35.168
- Total do patrimônio líquido	492.837	467.702
Participação da controladora		
- Total de ações	10.617.318.360	10.617.318.360
- Participação (%) (a)	65,38%	65,40%
Movimentação conta de investimento:		
Saldo inicial	305.868	277.300
Aquisição por integralização de capital (b)	-	5.689
Equivalência patrimonial	16.372	23.252
Dividendos declarados pela controlada	-	(373)
Sub-Total	322.240	305.868
Ágio (b)	245.676	246.920
(-) Amortização	(1.244)	(1.244)
	244.432	245.676
Deságio (c)	(3.109)	(3.109)
Saldo final	563.563	548.435
Saldos com controladores e ligadas:		
Dividendos a pagar aos acionistas	-	1.086
Contas a pagar à CEMAR (d)	2.329	843
Contas a pagar a Tordezilhas S.A.	-	90

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado	
Saldos com controladores e ligadas:		
Dívida com Eletrobrás (e)	285.654	281.638
Encargos dívida Eletrobrás – despesa (e)	-5.686	-5.440
FASCEMAR (f)	28.113	27.873
Encargos dívida Fasmemar – despesa (a)	-1.023	-1.212
Contas a pagar a Tordezilhas S.A.	-	90

(a) Em 30 de maio de 2006, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da CEMAR, dentro do limite do capital autorizado, que é de R\$669.634, em função do exercício de opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Controlada. Foram subscritas 3.302.298.760 ações ordinárias de emissão da CEMAR, pelo preço de R\$12,86 por lote de um bilhão de ações. Desta forma, o capital social subscrito e integralizado da CEMAR em 31 de março de 2006 passou para R\$157.622 (R\$157.580 em 30 de março de 2006).

(b) O custo histórico do ágio é originário da aquisição de 84,68% de participação na CEMAR, em 30 de junho de 2000 e 4,91% em 31 de agosto de 2001, totalizando R\$266.711 e R\$25.099, respectivamente.

(c) A diferença entre o valor patrimonial das ações da CEMAR recebidos pela Companhia e o seu valor apurado conforme item (a) acima, gerou um deságio de R\$3.109.

(d) Refere-se às despesas incorridas pela Companhia e pagas pela CEMAR, registradas no seu passivo circulante na rubrica “Dívidas com Pessoas Ligadas”, considerando que sua liquidação está prevista para o curto prazo.

(e) A CEMAR possui saldos em aberto com a sua acionista minoritária ELETROBRÁS (conforme descrito na Nota Explicativa 14).

(f) A CEMAR possui saldo em aberto com a Fundação de Previdência Complementar- FASCEMAR (conforme descrito nas Nota Explicativa 14).

Outras Informações da Controlada:

Plano de Opção de Compra de Ações - CEMAR

Em 06 de dezembro de 2005, o Conselho de Administração da Controlada propôs a criação do Plano de Opção de Compra de Ações da CEMAR, que foi aprovado pela AGE – Assembléia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2005. O Conselho de Administração, em 30 de dezembro de 2005 implementou o referido Plano instituindo seu Comitê de Administração.

Estão habilitados a participar do mesmo os administradores e empregados da CEMAR, na forma a ser definida pelo referido Comitê. O volume global oferecido é de até

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3% (três por cento) das ações ordinárias da CEMAR na data de constituição, correspondendo a 480.917.295.334 ações ordinárias, ao preço de subscrição original de R\$0,01 por lote de 1.000 ações, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV"), acrescido de juros de 8,0% a.a. (oito por cento ao ano), contados de maio de 2004 até a data do efetivo exercício das opções. Em 23 de março de 2006, 76.385.697.078 de opções de subscrição de ações ordinárias não alocadas foram canceladas.

Do total remanescente de ações existentes no plano, 207.632.034.609 ações foram subscritas, existindo ainda opções para a subscrição de 196.899.563.634 de ações até 03 de maio de 2009.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11 ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição:

	Taxa Anual Média de Depreciação	Consolidado	
		30/06/06	31/03/06
Produção			
Imobilizado em Serviço		1.513	1.161
Depreciação Acumulada	4,92%	(876)	(869)
Imobilizado em Curso		131	352
		768	644
Distribuição			
Imobilizado em Serviço		1.190.156	1.136.616
Depreciação Acumulada	4,23%	(488.886)	(476.646)
Imobilizado em Curso		168.256	175.264
		869.526	835.234
Comercialização			
Imobilizado em Serviço		9.347	9.336
Depreciação Acumulada	4,18%	(3.086)	(2.882)
Imobilizado em Curso		32	32
		6.293	6.486
Administração Central			
Imobilizado em Serviço		23.673	18.659
Depreciação Acumulada	7,93%	(8.104)	(7.621)
Imobilizado em Curso		7.419	10.469
		22.988	21.507
		899.575	863.871
Obrigações Vinculadas à Concessão			
Contribuições do Consumidor (Nota 12 (e))		(7.467)	(6.373)
Doações, Subvenções e Outras		(179.157)	(179.158)
Participação da União		(74.833)	(74.833)
		(261.457)	(260.364)
		638.118	603.507

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imobilizado em Curso:

O saldo das imobilizações em curso está representado por obras em andamento, materiais em depósito, compras em andamento e adiantamento a fornecedores, nos montantes de R\$141.742, R\$29.095, R\$1.171 e R\$3.830 respectivamente (R\$152.040, R\$30.539, R\$900 e R\$2.638 em 31 de março de 2006, respectivamente).

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$14.435 (R\$15.244 em 31 de março de 2006), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e refere-se principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 30 de junho de 2006 é de R\$1.009 (R\$828 em 31 de março de 2006), registrada em contrapartida da rubrica "Despesas não Operacionais". O saldo do imobilizado em curso na distribuição está apresentado líquido dessa provisão.

c) Obrigações Vinculadas à Concessão:

As contribuições dos consumidores referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução dos empreendimentos necessários ao atendimento dos pedidos de fornecimento de energia elétrica. As doações e subvenções em curso são representadas substancialmente pelos valores não reembolsáveis repassados pela ELETROBRÁS para custeio do Programa Luz para Todos, no montante de R\$178.945 (R\$178.945 em 31 de março de 2006). A participação da União corresponde às verbas federais recebidas para a execução de empreendimentos elétricos vinculado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins da determinação dos indicadores financeiros.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A Resolução nº 20/99 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação dos bens que deixam de ser útil à concessão, quando destinados à alienação. Em 30 de junho de 2006, o saldo dos bens destinados à alienação era de R\$1.442, classificados na rubrica "Outras contas a receber".

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12 FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	Consolidado	
	30/06/06	31/03/06
Suprimento e Encargos de Conexão		
Eletronorte	2.548	3.401
Chesf	6.963	6.820
Copel	2.582	2.207
Furnas Elétricas	9.904	9.696
CESP	3.364	2.912
Cemig	1.207	1.032
Outros	2.955	2.571
Energia de Curto Prazo	-	136
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.150	5.037
Ressarcimento aos Geradores - Energia Livre	5.297	3.151
Materiais e Serviços	65.845	79.684
	105.815	116.647

a) Suprimento de Energia:

Em dezembro de 2005, terminaram os contratos iniciais de fornecimento de energia contratados pela CEMAR junto a ELETRONORTE e a CEPISA, que representavam uma aquisição de 932.112 MWh de energia. Entretanto, conforme o Decreto/Lei nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou novos Contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito abaixo:

CONTRATOS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Leilão Chesf	148.920									
Produto 2005/2012	2.922.632	2.922.632	2.930.639	2.922.632	2.922.632	2.922.632	2.930.639			
Produto 2006/2013	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517		
Produto 2007/2014		405.307	406.418	405.307	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	
Produto 2008/2015			213.451	212.868	212.868	212.868	213.451	212.868	212.868	212.868
Proinfa	12.413	104.244	104.530	104.244	104.244	104.244	104.530	104.244	104.244	104.244
MCSD	52.665	51.859	52.001	51.859	51.859	51.859	52.001			
MCSD 4%	32.412	32.412	32.501	32.412	32.412	32.412	32.501	8.926		
Nova 2008/2022/2037			25.649	25.579	25.579	25.579	25.649	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038				138.846	138.846	138.846	139.226	138.846	138.846	138.846
Nova 2010/2024/2039					369.847	369.847	370.860	369.847	369.847	369.847
Leilão A-3				239.498	239.498	239.498	240.155	239.498	239.498	239.498

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Encargo de Uso da Rede Elétrica:

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema – ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, visto a interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

13 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora				Consolidado			
	30/06/06		31/03/06		30/06/06		31/03/06	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
ISS					935	561	1.090	526
Encargos Sociais e Outros	18				3.335	-	2.989	-
ICMS					24.370	2.627	26.374	179
Provisão de IRPJ / CSLL					17.716	-	26.209	-
PIS e COFINS					9.182	633	7.594	-
REFIS/PAES (a)					4.507	184	4.800	786
TOTAL	18	-	-	-	60.045	4.005	69.056	1.491

a) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS / Parcelamento Especial – PAES:

Em 29 de novembro de 2000, a CEMAR ingressou no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. Esse programa visa a regularização dos créditos da União, dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal – SRF e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, relativos aos fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2000. O programa previu, e foram utilizados, os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, para a liquidação dos valores correspondentes às multas e aos juros incluídos no programa, bem como à atualização monetária do saldo com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O pagamento da dívida fiscal apurada, no caso da CEMAR, estava sendo efetuado em 60 parcelas mensais desde março de 2000, segundo as regras do REFIS. Como garantia, em caso da exigibilidade da dívida com o REFIS, foram oferecidos os créditos oriundos das vendas da energia elétrica.

Em 30 de maio de 2003, através da Lei nº 10.684/03 (Parcelamento Especial – PAES), o Governo Federal permitiu um novo parcelamento em até 180 meses, para os débitos junto à Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional do Seguro Social, vencidas até 28 de fevereiro de 2003, inscritos ou não na dívida ativa, mesmo em fase de execução fiscal ou que tivessem sido objeto de parcelamento anterior, com

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

correção mensal da TJLP. Neste sentido a CEMAR, em 31 de julho de 2003, ingressou nesse programa optando pelo parcelamento em 120 meses, incluindo os débitos fiscais, onde houve a desistência de processos judiciais e administrativos, conforme descrito a seguir:

	Consolidado	
	30/06/06	31/03/06
Saldo no Início do Período	5.586	6.447
Pagamentos	(990)	(1.011)
Atualizações	95	150
Saldo no Final do Período	4.691	5.586
 Circulante	 4.507	 4.800
Longo Prazo	184	786

Com o ingresso no Parcelamento Especial – PAES, a CEMAR assumiu determinadas obrigações conforme a legislação correspondente, dentre as quais se destacam:

- a autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal – SRF, às informações relativas à sua movimentação financeira;
- o acompanhamento fiscal específico, com o fornecimento periódico em meio magnético dos dados, inclusive os indicativos das receitas;
- o cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR; e
- o pagamento regular das parcelas do débito consolidado, nos termos detalhados pela norma, bem como dos tributos e das contribuições vencidas a partir de 1º de março de 2003, em relação aos quais fica excluída qualquer outra forma de parcelamento.

A exclusão da pessoa jurídica do PAES implicará na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, e a automática execução da garantia prestada.

O valor da dívida da CEMAR constante do documento de dívida referente ao PAES incluía alguns valores já liquidados pela CEMAR, que geravam uma diferença entre o valor provisionado pela Controlada e o valor considerado pela Receita. A CEMAR protocolou junto à Secretaria da Receita Federal - SRF pedido de revisão dos valores da dívida e em 4 de agosto de 2006 a mesma se posicionou favoravelmente a exclusão.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição:

	Consolidado					
	30/06/06			31/03/06		
	Curto Prazo		Longo Prazo	Curto Prazo		Longo Prazo
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
MOEDA ESTRANGEIRA						
Tesouro Nacional (1)	212	1.038	13.930	459	945	14.815
	212	1.038	13.930	459	945	14.815
MOEDA NACIONAL						
Eletrobrás (2)		3.010	282.644	-	2.543	279.097
Eletronorte (3)		21.408	135.484	-	20.115	141.419
Instituições Financeiras (4)	358	17	28.086	-	7	5.346
	358	24.435	446.214	-	22.665	425.862
Empréstimos - dívida com a FASCEMAR (5)	-	3.437	24.676		3.319	24.554
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	570	28.910	484.820	459	26.929	465.231
OUTRAS DÍVIDAS						
Debêntures (6)		6.263	14.535		6.263	15.998
	0	6.263	14.535	0	6.263	15.998
TOTAL DA DÍVIDA	570	35.173	499.355	459	33.192	481.229

b) Sumário das Principais Operações:

- (1) O saldo com o Tesouro Nacional refere-se aos financiamentos dos contratos de médio e longo prazo e aos juros devidos a bancos comerciais e a outros credores estrangeiros, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/88 e nº 1.564/89 do Conselho Monetário Nacional – CMN, que foram objeto de permuta por bônus emitido pela União. Esta dívida está garantida por receitas da CEMAR, provenientes do fornecimento de energia.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (2) Os contratos com a ELETROBRÁS referem-se basicamente aos recursos para construção de linhas de transmissão e de subestações, para o Programa de Supervisão, Automação e Controle – SAC e ao Programa de Conservação de Energia. Os financiamentos estão garantidos por vinculação das receitas da CEMAR e, em alguns casos, por notas promissórias. Todos estes contratos foram renegociados em 27 de abril de 2004, através da assinatura do contrato de Renegociação das Dívidas. As principais características das novas condições repactuadas estão descritas no item (d) desta nota.

- (3) Saldo da Dívida com a ELETRONORTE:

Fornecimento de energia : durante o 2º trimestre de 2004, as diferenças acumuladas relativas às faturas de junho a dezembro de 2001, relacionadas aos ajustes com o racionamento de energia adquirida para o período de janeiro a março de 2002 e as diferenças das faturas de abril a julho de 2002, acrescidas dos respectivos encargos, com saldo atualizado até 14 de abril de 2004 no montante de R\$120.256, foram objeto de renegociação, através do Contrato de Renegociação de Dívida nº 0152/04-A, celebrado em 27 de abril de 2004, que estabeleceu:

- Pagamento em 7 de maio de 2004, do montante de R\$21.227, corrigido monetariamente pelo IGP-M e acrescido dos juros nominais de 12% a.a. pró-rata dia; e
- O saldo remanescente de R\$99.029, está sendo corrigido monetariamente pelo IGP-M, acrescido dos juros nominais de 12% a.a., e pago em 60 parcelas mensais e sucessivas, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, com vencimento no dia 27 de cada mês, sendo o primeiro vencimento em 27 de maio de 2004.

Transferência de ativos: saldo oriundo da transferência dos ativos correspondentes às instalações integrantes de seu sistema de 230 KV (“Termo de Transferências de Bens, Direitos e Instalações por Dação em Pagamento Parcial e Repactuação da Forma de Quitação de Débitos Remanescentes”). A diferença entre o valor dos bens transferidos e o saldo devedor da CEMAR com a ELETRONORTE resultou numa obrigação, para a qual a Controlada ofereceu como garantia a vinculação de até 25% de suas receitas. Em 27 de abril de 2004, foi assinado um novo Contrato de Renegociação de Dívida nº 0152/04-B, que repactuou a dívida, conforme descrito a seguir:

- Saldo devedor de R\$61.441, atualizados até 31 de dezembro de 2003 pela variação do IGP-M;
- Prazo de vencimento de 12 anos;

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Carência de 03 (três) anos de amortização do principal conforme cláusulas descritas no respectivo instrumento contratual “Termo de Ajuste e Obrigações”; e
 - Juros nominais de 12% a.a. mais a correção monetária pelo IGP-M.
- (4) As operações com as instituições financeiras em moeda nacional correspondem aos empréstimos para capital de giro, garantidos por nota promissória e em alguns casos por recebíveis. Os bancos credores da Controlada, conjuntamente com os mencionados debenturistas, aderiram ao “Acordo”, assinado em 26 de março de 2004, e posterior “Aditivo” contratual, de 12 de abril de 2004, no qual os credores privados se comprometeram a subscrever com os seus créditos uma nova emissão de debêntures. Em abril de 2006, a CEMAR obteve a primeira liberação do empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no montante de R\$22.630 de principal sobre os quais incidem juros de 11,9% ao ano.
- (5) Em 20 de março de 2001, foi repactuado o contrato de confissão de dívida entre a CEMAR e FASCEMAR – Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, cujo fato gerador foi a dívida que a CEMAR detinha junto à FASCEMAR, proveniente das retenções e dos atrasos nos repasses de suas contribuições como patrocinadora da Fundação. Esse débito consolidado, em 30 de junho de 2006 corresponde ao montante de R\$28.113 (R\$27.873 em 31 de março de 2006), e está garantido por recebíveis da CEMAR. A dívida resultante deste contrato tem seu pagamento em 168 prestações mensais e consecutivas, desde abril de 2001, com incidência dos juros correspondentes a 102% do DI over extragrupo, calculado e divulgado diariamente pela CETIP.
- (6) Vide Nota Explicativa 15.

c) Escalonamento das Parcelas de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Vencíveis a Longo Prazo:

Em 30 de junho de 2006 os empréstimos, financiamentos e debêntures no longo prazo representam os montante de R\$499.355, e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	30/06/06	%
2007	28.038	5,6%
2008	65.675	13,2%
2009	69.491	13,9%
2010	58.636	11,7%
Após 2010	277.515	55,6%
	499.355	100,0%

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Demonstrativo das Dívidas:

Descrição	Data da Assinatura	Vencimento Final	Encargos Financeiros	Consolidado	
				30/06/06	31/03/06
Eletrobrás				285.654	281.638
RES 150/00-2035/00	27/4/2004	30/12/2015	IGP-M + 13,4%aa	81.325	79.681
RES 150/00-2033/00	27/4/2004	30/12/2015	RGR + 6,8%aa	2.546	2.528
RES 150/00-2034/00	27/4/2004	30/12/2015	FINEL + 9,4%aa	42.114	41.663
ECF - 1510/97	27/4/2004	30/12/2015	FINEL + 14,0%aa	497	490
ECF - 1639/97	27/4/2004	30/12/2015	FINEL + 11,5%aa	5.874	5.798
ECF - 1645/97	27/4/2004	30/12/2015	FINEL + 13,6%aa	1.006	991
ECF - 1960/99	27/4/2004	30/12/2023	IGP-M + 4,0%aa	117.325	115.605
ECF - 1907/99	27/4/2004	30/12/2015	FINEL + 11,0%aa	831	820
ECF - 1908/99	27/4/2004	30/12/2015	FINEL + 9,4%aa	6.604	6.533
ECF - 1473/97	27/4/2004	30/12/2015	RGR + 13,6%aa	199	196
ECFS - 027/04	2/6/2004	30/6/2016	RGR + 6,0%aa	16.316	16.316
ECF - 140/06	31/3/2006	31/3/2018	RGR + 6,0%aa	11.017	11.017
Eletronorte				156.891	161.534
Eletronorte - Protocolo	27/4/2004	30/8/2015	IGP-M + 12,0%aa	85.690	84.917
Eletronorte - Suprimento	27/4/2004	30/4/2009	IGP-M + 12,0%aa	71.201	76.617
BNB	23/11/2005	28/2/2017	11,9% aa	22.988	-
Tesouro Nacional				15.180	16.220
STN 01	12/5/1997	11/4/2024	LIBOR SEM.+0,81% aa	3.403	3.461
STN 02	12/5/1997	11/4/2024	6% aa	4.874	4.967
STN 03	12/5/1997	10/4/2009	LIBOR SEM.+0,81% aa	373	442
STN 04	12/5/1997	10/4/2014	8% aa	3.378	3.671
STN 05	12/5/1997	10/4/2012	LIBOR SEM.+0,88% aa	2.786	3.070
STN 06	12/5/1997	10/4/2009	LIBOR SEM.+0,88% aa	367	437
STN 07	12/5/1997	12/4/2006	LIBOR SEM.+0,81% aa	-	172
Fascemar	20/3/2001	2/3/2015	IGP-M + 12%aa	28.113	27.873
Debêntures 2ª Emissão	2/9/2004	1/6/2009	IGP-M + 12%aa	20.798	22.261
Concórdia CCV	28/6/2004	30/12/2023	IGP-M + 12,0%aa	2.737	2.677
Fundo CCV	28/6/2004	30/12/2023	IGP-M + 12,0%aa	2.737	2.677
TOTAL DA DÍVIDA				535.098	514.880

e) Programa de Universalização de Acesso e Uso de Energia Elétrica na Zona Rural:

A ANEEL, através da Resolução nº 223, de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52, de 25 de março de 2004, e nº 175, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Até 30 de junho de 2006 a CEMAR tinha investido aproximadamente R\$227.742 (R\$196.118 até 31 de março de 2006) referente ao Programa de Universalização.

Em função do impacto do Programa Luz para Todos nas metas do Plano de Universalização, e visando a antecipação do prazo da Universalização, a ANEEL, através da Resolução nº 175, de 28 de novembro de 2005, solicitou uma nova revisão das metas para o período de 2005 a 2006 e estabeleceu o prazo até 30 de dezembro de 2005 para as concessionárias apresentarem um novo cronograma.

A CEMAR, em dezembro de 2005, encaminhou à ANEEL o cronograma revisado para o Plano de Universalização, e aguarda o pronunciamento da agência reguladora.

Programa Luz para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

Em maio de 2004 foi firmado um termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Estado do Maranhão e a CEMAR com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do programa Luz para Todos, na área de concessão da CEMAR, propiciando o atendimento de aproximadamente 249.000 novos consumidores no meio rural no período 2004-2008. Neste instrumento são definidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos.

A Portaria ANEEL nº 416, de 31 de agosto de 2005, aprovou a 2ª Versão do Manual de Operacionalização que estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades.

A CEMAR é signatária do Contrato de Financiamento e Concessão de Subvenção – ECFS nº 027/2004, assinado em 2 de junho de 2004, com a ELETROBRÁS, e seus aditivos ECFS nº 027-A/2004, ECFS nº 027-B/2004 e ECFS nº 027-C, ainda vigentes. Este contrato e seus aditamentos prevêem o atendimento de 47.043 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$231.620.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em março de 2006, a CEMAR assinou, também com ELETROBRÁS, o contrato ECFS nº 140/2006 – 2ª Tranche, referente a 2ª fase do Programa, prevendo o atendimento de mais 59.856 consumidores. O valor total do contrato é de até R\$275.434.

Os recursos da ELETROBRÁS serão aplicados conforme demonstrado a seguir:

O montante equivalente a até 11,3% do custo total das respectivas obras de ambos os contratos, estimadas em R\$547.804, exclusive as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, o qual corresponde a abertura de um crédito no valor de R\$61.902.

O montante total equivalente a até 73,7% do custo total das respectivas obras, exclusive as despesas com mão-de-obra, transporte e administração próprios, serão obtidos através dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, o qual corresponde à concessão de um crédito no valor de R\$485.902, a título de subvenção econômica, conforme a Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003.

Até 30 de junho de 2006 a CEMAR já havia recebido um total de R\$122.347, referentes ao contrato ECFS-027/2004, sendo R\$16.316 provenientes dos recursos da RGR e R\$106.031 da CDE; e R\$82.630, referentes ao contrato ECFS-140/2006, sendo R\$11.017 provenientes dos recursos da RGR e R\$71.613 da CDE.

15 DEBÊNTURES (Valores expressos em Reais)

As debêntures, originalmente emitidas pela Controlada no montante de R\$150.000.000,00 em junho de 2001, foram aplicadas na melhoria da estrutura de capital da CEMAR e destinaram-se ao financiamento do capital de giro e às inversões no programa de investimentos para a melhoria e a expansão dos serviços prestados pela CEMAR.

a) Características da Primeira Emissão das Debêntures:

<u>Valor Nominal Unitário:</u>	R\$10.000,00
<u>Quantidade:</u>	15.000 debêntures.
<u>Espécie:</u>	Com garantia flutuante.
<u>Conversibilidade e Forma:</u>	Não conversível, nominativo escritural.
<u>Prazo e Data de Vencimento:</u>	60 meses, vencendo em 1º de junho de 2006.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Juros Remuneratórios: 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – “Taxa DI”, expressa na forma percentual ao ano, na base de 252 dias úteis, acrescida da sobretaxa de 1% (um ponto percentual) efetiva ao ano, na base de 252 dias.

b) Renegociação:

Em 25 de março de 2004, foi realizada a 13ª Assembléia Geral de Debenturistas – AGD da CEMAR, na qual os debenturistas presentes, representando 99,6867% das 15.000 debêntures em circulação, deliberaram os seguintes assuntos:

- (i) Dos debenturistas presentes, o total que representava conjuntamente 97,7068% das debêntures em circulação, aprovaram os termos do “Acordo de Subscrição de Debêntures e Outros Pactos” (“Acordo”) apresentado, que ficou arquivado na sede do Agente Fiduciário, bem como re-ratificaram a proposta de reestruturação das dívidas da CEMAR aprovada nos termos da 8ª Assembléia Geral dos Debenturistas;
- (ii) Os demais debenturistas, Fundos Concórdia Multi Investimento Financeiro (Fundo – CCV) e a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, que possuíam conjuntamente 2,6666% das debêntures em circulação, aceitaram ajustar os seus créditos em condições similares às disponibilizadas para a ELETROBRÁS e a ELETRONORTE.

Neste contexto, foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária – AGE de 30 de abril de 2004, a emissão pública de 73.642 debêntures da CEMAR, com valor nominal de R\$1.000,00 cada, conversíveis em ações, com garantia flutuante. Tais debêntures foram emitidas em 16 de setembro de 2004, de acordo com a “Escritura da Segunda Emissão Pública das Debêntures Conversíveis em Ações e com Garantia Flutuante da Companhia”, com as seguintes características:

c) Características da Segunda Emissão das Debêntures:

Número da emissão: 2ª emissão
Série: Única
Data da emissão: 16/09/2004

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

<u>Quantidade:</u>	73.642 debêntures
<u>Valor Nominal:</u>	R\$1.000,00
<u>Montante Líquido da Emissão:</u>	R\$73.642.000,00
<u>Valor Nominal do Prêmio:</u>	R\$2.223,07
<u>Espécie:</u>	Com garantia flutuante
<u>Tipo de emissão:</u>	Simples
<u>Natureza da emissão:</u>	Pública
<u>Conversibilidade e forma:</u>	conversíveis em ações nominativa escritural
<u>Prazo e data de vencimento:</u>	60 meses vencendo a primeira parcela 30 dias após a data de emissão
<u>Atualização:</u>	de acordo com a variação da Taxa SELIC, no período de 29/02/2004 até a data da efetiva integralização que ocorreu em 16/09/2004. A partir da emissão, a atualização ocorre anualmente pelo IGP-M através de Bônus.
<u>Juros:</u>	12% ao ano, a partir da data da integralização

A dívida relativa ao item b (i) acima, consolidada e atualizada de acordo com a variação da "Taxa SELIC" no período de 29 de fevereiro de 2004 até a data da subscrição da 2ª emissão de debêntures, era de R\$1.084,78 para o valor nominal unitário; e de R\$2.411,55 para o respectivo valor do prêmio de emissão, perfazendo um total de R\$3.496,34 por debênture, e foi utilizada para aquisição das novas debêntures, ficando os créditos originalmente detidos pelos subscritores extintos.

O montante total de R\$177.591.596,20, correspondente ao prêmio de emissão das debêntures, foi contabilizado como reserva de capital no patrimônio líquido em 2004.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Acompanhamento dos *Covenants* das Debêntures Conversíveis em Ações da Controlada:

As debêntures emitidas pela CEMAR em 2004 possuem os seguintes covenants:

1º Covenant: Quociente resultante da divisão do PASSIVO ONEROSO LÍQUIDO pelo LAJIDA dos últimos 12 meses menor ou igual a 4,5 (quatro e meio)

2º Covenant: Quociente resultante da divisão do LAJIDA dos últimos 12 meses pelas DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS maior ou igual a 1,5 (um e meio).

Dados da Controlada:

	R\$mil				
	2T06	1T06	4T05	3T05	2T05
Dívida Bruta	535.098	514.880	503.982	501.580	506.405
(-) Dívida com BNDES	-	-	-	(2.145)	(3.824)
(-) Dívida com Eletrobrás	(117.325)	(115.605)	(113.927)	(111.905)	(112.726)
= Passivo Oneroso	417.773	399.275	390.055	387.530	389.855
(-) Disponibilidades	(99.532)	(121.068)	(155.084)	(109.560)	(95.697)
(-) Baixa Renda a Receber	(9.572)	(8.869)	(9.167)	(7.207)	(8.204)
= Passivo Oneroso Líquido	308.669	269.338	225.804	270.763	285.954
Resultado do Serviço	52.779	54.554	51.968	36.652	26.146
Depreciação	13.664	13.103	16.270	10.924	10.831
LAJIDA	66.443	67.657	68.238	47.576	36.977
Despesas Não Recorrentes	11.944	11.793	8.134	6.895	7.256
Contingências	769	7.523	61	2.674	1.234
Despesas com Reestruturação	3.023	3.850	1.547	1.252	1.129
Provisão para Devedores Duvidosos/Perda	8.152	420	6.837	2.735	3.778
Despesa com Revisão Tarifária	-	-	(311)	234	1.115
LAJIDA Ajustado Trimestral	78.387	79.450	76.372	54.471	44.233
LAJIDA Ajustado Anual	288.680	254.526	217.550	182.023	159.759
Desp. Fin. Líquida Trimenstral	9.038	8.073	7.313	7.399	7.835
Desp. Fin. Líquida Anual	31.823	30.620	30.066	29.827	27.586
1º Covenant: <=4,5	1,1	1,1	1,0	1,5	1,8
2º Covenant: >=1,5	9,1	8,3	7,2	6,1	5,8

O não cumprimento destes covenants durante mais de dois trimestres consecutivos ou intercalados acarretará no vencimento antecipado das debêntures. Durante o primeiro semestre de 2006 a CEMAR manteve-se dentro dos limites estipulados nos *covenants*.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Considerações Gerais e Composição:

Destinada à cobertura de eventuais perdas, avaliadas como prováveis pelo departamento jurídico da Companhia e de sua Controlada e por assessores externos, com valor estimado para as causas trabalhistas, tributárias e cíveis, nas instâncias administrativa e judicial. As Administrações da Companhia e de sua Controlada consideram que a provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis no curso das ações em andamento, conforme composição abaixo:

Natureza da Ação	Consolidado			
	30/06/06		31/03/06	
	Valor das causas	Depósitos Judiciais	Valor das causas	Depósitos Judiciais
Cíveis e Tributárias	42.392	6.327	41.175	6.132
Trabalhistas	8.173	4.721	7.382	4.136
	50.565	11.048	48.557	10.268
Curto Prazo	9.985	6.327	7.763	6.132
Longo Prazo	40.580	4.721	40.794	4.136
	50.565	11.048	48.557	10.268

Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados da Controlada, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis e Tributárias

O valor provisionado com valor individual mais representativo corresponde a ação de Prestação de Contas de Taxa de Iluminação Pública – TIP: ação interposta pela Prefeitura do Município de São Luís contra a CEMAR, visando receber os valores decorrentes da arrecadação e questionando o repasse e os investimentos feitos no parque de iluminação pública da cidade. Em paralelo, a CEMAR interpôs ação similar, cujos feitos tramitam em apenso no cartório para decisão única. A perita oficial já apresentou laudo contábil e as partes se pronunciaram sobre os documentos por ela apresentados, aguardando o início da fase de instrução. Tramitam no Tribunal diversos recursos, dos quais um agravo

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

julgado procedente deu a CEMAR o direito de ter sua prestação de contas avaliada pelo judiciário. Desta forma, as informações trimestrais da CEMAR contemplam provisão de R\$19.500.

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências monitoradas pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da Companhia e de sua Controlada e seus assessores externos, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível ou remota nos montantes de R\$24.763 e R\$11.717, respectivamente (R\$30.865 e R\$17.135, respectivamente, em 31 de março de 2006) para as quais não foi constituída provisão.

A CEMAR está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia e sua Controlada consideram que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

17 OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Consolidado	
	30/06/06	31/03/06
Pesquisa e Desenvolvimento	5.665	
Eficiência Energética	8.161	9.004
Total	13.826	9.004

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico – P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa ANEEL nº 215, de 28 de março de 2006.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Aumento do capital social

Em 30 de março de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a subscrição de 12.800.000 ações ordinárias e 25.600.000 ações preferenciais, equivalente a R\$185.600, referente à oferta pública inicial de ações (vide Nota Explicativa no 1). Em 5 de abril de 2006, o Conselho de Administração aprovou a integralização desse montante, resultando no aumento no capital social da Companhia no valor de R\$185.600.

Desta forma, em 30 de junho de 2006, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado era de R\$713.217 (R\$527.617 em 31 de março de 2006), representado em ações na seguinte forma:

Acionistas	Total	%	Ordinárias	%	Preferenciais	%
BRASIL ENERGIA I LLC	79.890.009	40,6%	63.706.828	62,1%	16.183.181	17,2%
OUTROS	116.785.168	59,4%	38.928.392	37,9%	77.856.776	82,8%
	196.675.177	100,0%	102.635.220	100,0%	94.039.957	100,0%

As ações preferenciais da Companhia não têm direito a voto nas Assembléias Gerais da Companhia, mas têm prioridade na distribuição dos dividendos mínimos e obrigatórios, de 25% do lucro líquido no exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral. A Companhia aderiu ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, e garantiu 100% “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

b) Programa de Opção de Compra de Ações:

Em 02 de fevereiro de 2006, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, e re-ratificado em 13 de fevereiro de 2006, o Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (Plano), contendo dois programas - o Primeiro e Segundo Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia. Nestes programas, estão incluídas ações ordinárias e ações preferenciais representativas do capital social, a ser administrado por um comitê, formado por 3 membros do seu Conselho de Administração, o Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações da Equatorial (Comitê). O Comitê possui poderes para estabelecer as normas apropriadas a respeito da concessão de opções. Abaixo temos uma descrição dos programas do Plano.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Programa 1 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 1”)

O Programa 1 contempla opções para subscrição de 2.934.242 ações ordinárias e 5.868.481 ações preferenciais de emissão da Equatorial, que já foram inteiramente alocadas para os administradores da Equatorial e de sua controlada. O preço de subscrição destas ações é de R\$1,00 (um real) por lote de 100.000 ações, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”) a partir de 9 de março de 2006. O exercício por cada beneficiário do Programa 1 de suas opções é condicionado a integralização das ações subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano de Opção de Compra de Ações CEMAR, observada a seguinte proporção: para cada 1.000.000 (um milhão) de ações subscritas ou adquiridas no Plano de Opção de Compra de Ações CEMAR, o Beneficiário poderá exercer a opção de adquirir ou subscrever 11,85 ações ordinárias e 23,69 ações preferenciais, objeto do Programa 1. Até a presente data, já foram subscritas 1.613.835 ações ordinárias e 3.227.658 ações preferenciais de emissão da Equatorial dentro do Programa 1.

Programa 2 de Opção de Compra de Ações EQUATORIAL (“Programa 2”)

O Programa 2 contempla opções para subscrição de 2.271.858 ações ordinárias e 4.543.712 ações preferenciais de emissão da Equatorial. O preço de subscrição das ações ordinárias e preferenciais a serem subscritas em razão do exercício das opções objeto deste Programa 2 será sempre igual ao preço médio das ações ordinárias e preferenciais da Companhia negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) nos 30 (trinta) dias anteriores a data de exercício das respectivas opções, e os beneficiários são obrigados a usar, única e exclusivamente, ações subscritas ou adquiridas ao amparo do Plano de Opção de Compra de Ações CEMAR, na integralização destas ações. Até a presente data, o Comitê, dentro do Programa 2, já alocou opções para subscrição de 2.271.858 ações ordinárias e 4.543.712 ações preferenciais para seus administradores e colaboradores, sendo que permanecem 360.847 ações ordinárias e 721.693 ações preferenciais ainda não alocadas. Das opções alocadas já foram subscritas 1.040.744 ações ordinárias e 2.081.484 ações preferenciais, através da integralização de 204.329.735.847 ações ordinárias de emissão da CEMAR. Esta subscrição aumentou a participação da Companhia na CEMAR de 64,96% em 31 de dezembro de 2005 para 65,40% em 30 de março de 2006.

Resumidamente, as informações relativas aos planos de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73
--	---------------------------

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em Ações	Primeiro Programa		Segundo Programa	
	ON	PN	ON	PN
Número de ações oferecidas no plano	2.934.242	5.868.481	2.271.858	4.543.721
Opções exercidas (*)	(1.613.835)	(3.227.658)	(1.040.744)	(2.081.484)
Saldo em 30 de junho de 2006	1.320.407	2.640.823	1.231.114	2.462.228

(*) Opções exercidas em 9 de março de 2006, vide item "a" acima.

A emissão da totalidade das opções remanescentes relativas ao Programa 1 do Plano de Opção de Compra de Ações Equatorial implicaria em diluição adicional para os atuais acionistas equivalente a 2,0%. A emissão da totalidade das opções remanescentes e já alocadas relativas ao Programa 2 do Plano de Opção de Compra de Ações Equatorial implicaria em diluição adicional para os atuais acionistas de até 1,5%, e aumentaria a participação da Equatorial na sua controlada CEMAR em até 1,2%.

19 FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No primeiro semestre de 2006, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	30/6/2006			30/6/2005		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$ mil
Residencial	1.121.024	575.030	189.477	1.036.590	545.357	157.229
Industrial	9.435	173.176	50.004	9.040	207.127	48.421
Comercial	97.713	280.664	106.246	91.290	264.271	88.069
Rural	61.902	47.268	11.211	49.453	44.180	8.828
Poder Público	14.754	96.699	35.726	13.788	88.227	29.661
Iluminação Pública	438	97.345	19.836	396	85.567	15.142
Serviço Público	1.392	97.108	25.496	1.319	92.564	21.103
Consumo Próprio	227	1.997	-	271	2.371	-
Total	1.306.885	1.369.287	437.996	1.202.147	1.329.664	368.453

(*) Informações não revisadas pelos auditores.

20 COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS

A parcela devida pela Companhia referente às comissões devidas aos Bancos coordenadores da oferta e as despesas com advogados, auditores, consultores e publicidade da oferta montaram R\$12.609 e estão registrados na rubrica "Despesas Financeiras".

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

a) Características do Plano de Aposentadoria:

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Hoje, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No semestre findo em 30 de junho de 2006, o valor importou em R\$344 (R\$379 em 30 de junho de 2005).

b) Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão:

De acordo com a Deliberação nº 371 da CVM de 13 de dezembro de 2000, a partir do exercício de 2001 as empresas de capital aberto foram obrigadas a incluir em suas demonstrações financeiras os passivos oriundos dos benefícios aos quais os empregados têm direito, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento NPC 26 do IBRACON.

Conforme alternativa prevista pelo citado normativo, a CEMAR optou pelo reconhecimento do passivo, nos resultados pelo período de 5 anos, a partir de 2002. A CEMAR mantém saldo para fazer face às obrigações com a patrocinadora, em seu exigível de longo prazo, no montante de R\$11.019 (R\$11.019 em 31 de março de 2006), que reflete os efeitos da Deliberação nº 371 da CVM. Esta provisão já equivale a 100% do valor de cobertura deste passivo atuarial.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22 SEGUROS (Não Revisado)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia e pela sua Controlada estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vigência	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Riscos Nomeados - Subestações e Estoques	1/1/2007	96.767	292
Responsabilidade Civil Geral - Operações	1/1/2007	1.000	90
Automóvel RCF-V	31/1/2007	836	40

A Companhia e sua Controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia e de sua Controlada são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS – INSTRUÇÃO CVM Nº 235

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, ao valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

A valorização, dos principais instrumentos financeiros são as seguintes:

ATIVO:

Disponibilidade e Contas a Receber

Os valores de tais instrumentos aproximam-se do valor de mercado devido aos seus vencimentos de curtíssimo prazo.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PASSIVO:

Empréstimos e Financiamentos

Estas operações de crédito no país e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço, seus encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 30 de junho de 2006, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

24 FATORES DE RISCO – INSTRUÇÃO CVM Nº 235

Em 23 de março de 1995, a CVM, através da Instrução nº 235, estabeleceu os mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, dos fatores de risco da Companhia e de sua controlada e do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos ou não nas informações trimestrais.

Por ser uma holding de investimentos, os principais riscos da Companhia estão relacionados à performance de sua controlada, conforme detalhado abaixo:

- Risco de Crédito: Os altos valores, bem como as idades dos recebíveis constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da CEMAR. A administração acompanha as situações em aberto e registra provisões para os casos necessários de acordo com a orientação da ANEEL;
- Risco de Mercado: Conforme regulamentação do Decreto Lei nº 5.163 de 30 de junho de 2004, a CEMAR deverá adquirir energia necessária para atender o seu mercado em 100% de cobertura contratual, através de contratos existentes (inicial e leilão de 2002) e leilão do ambiente regulado. Desta maneira, a configuração do mercado de energia, principalmente relativo a um eventual acréscimo na demanda em 2006, representa um risco para a CEMAR. Adicionalmente, deve ser observado o contexto atual dos valores a receber em decorrência das transações no CCEE;
- Risco de Taxa de Juros: Este risco é oriundo da possibilidade da controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A controlada não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, a controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A controlada considera que o alto

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

custo associado à contratação de taxas pré-fixadas e a perspectiva de redução nas taxas de juros domésticas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justificam a sua opção por taxas flutuantes;

- Risco de Vencimento Antecipado: A controlada possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses *covenants* pode implicar em vencimento antecipado da dívida; e
- Risco quanto à Escassez de Energia: A energia adquirida e vendida pela controlada é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

25 EVENTO SUBSEQÜENTE

Em 18 de fevereiro de 2004, a CEMAR assinou o Termo de Ajuste de Conduta, repactuando com a ANEEL, as metas anuais dos indicadores de continuidade do serviço de distribuição referente aos conjuntos de unidades consumidoras específicas, pertencentes à área de concessão da Companhia.

A Superintendência de Fiscalização Econômica da ANEEL entende que deverá ser aplicada penalidade de multa de R\$5.671 pelo descumprimento do referido termo, com relação às metas de continuidade do serviço de distribuição.

Por meio do ofício da Procuradoria Federal da ANEEL, a CEMAR foi notificada em 10 de julho de 2006, sobre a abertura de prazo para apresentação de defesa ou pagamento da multa. A Administração da CEMAR encaminhou em 27 de julho de 2006 manifestação contestando o valor proposto e aguarda resposta da ANEEL.

* * * * *

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide Comentário de Desempenho Consolidado.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
1	Ativo Total	1.724.634	1.516.338
1.01	Ativo Circulante	560.317	388.827
1.01.01	Disponibilidades	279.652	123.075
1.01.01.01	Caixa	325	722
1.01.01.02	Contas Bancárias a Vista	12.513	97.003
1.01.01.03	Ordens de Pagamento Emitidas	0	0
1.01.01.04	Fundos de Caixa	61	206
1.01.01.05	Aplicações em mercado aberto	266.753	25.144
1.01.02	Créditos	140.056	133.703
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	177.547	161.612
1.01.02.02	(-) Provisão para créditos de Liq. Duv	(37.491)	(27.909)
1.01.03	Estoques	2.734	3.305
1.01.04	Outros	137.875	128.744
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	27.678	28.520
1.01.04.02	Baixa Renda	9.572	8.869
1.01.04.03	Pagamentos Antecipados	62.998	58.602
1.01.04.04	Imposto de Renda e C.S. Diferidos	22.027	17.651
1.01.04.05	Dividendos a Receber da Controlada	0	0
1.01.04.06	Depósitos Judiciais	6.327	6.132
1.01.04.07	Outros Créditos a Receber	9.273	8.970
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	284.656	281.215
1.02.01	Créditos Diversos	284.656	281.215
1.02.01.01	Consumidores e Revendedores	16.538	16.538
1.02.01.02	Impostos a Recuperar	22.121	20.051
1.02.01.03	Pagamentos Antecipados	13.086	2.690
1.02.01.04	Imposto de Renda e C.S. Diferidos	226.748	237.800
1.02.01.05	Depósitos Judiciais	4.721	4.136
1.02.01.06	Outros Créditos a receber	1.442	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	0	0
1.03	Ativo Permanente	879.661	846.296
1.03.01	Investimentos	241.543	242.789
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	241.543	242.789
1.03.01.03.01	Ágio em Participação em Controlada	291.810	291.810
1.03.01.03.02	(-) Amortização acumulada do ágio	(47.379)	(46.133)
1.03.01.03.03	(-) Deságio	(3.109)	(3.109)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2006	4 -31/03/2006
1.03.01.03.04	Outros	221	221
1.03.02	Imobilizado	638.118	603.507
1.03.02.01	Imobilizado	899.575	863.871
1.03.02.02	(-) Obrig. Vinculadas à Conc. do Serviço	(261.457)	(260.364)
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2006	4 - 31/03/2006
2	Passivo Total	1.724.634	1.516.338
2.01	Passivo Circulante	257.022	283.163
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	29.480	27.388
2.01.01.01	Encargos da Dívida	570	459
2.01.01.02	Empréstimos e Financiamentos	28.910	26.929
2.01.01.03	Empresa Controladora	0	0
2.01.02	Debêntures	6.263	6.263
2.01.03	Fornecedores	105.815	116.647
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	60.045	69.056
2.01.05	Dividendos a Pagar	53	1.139
2.01.06	Provisões	20.681	7.764
2.01.06.01	Provisão de Férias e Encargos	10.696	0
2.01.06.02	Provisão para Contingências	9.985	7.764
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	90
2.01.08	Outros	34.685	54.816
2.01.08.01	Folha de Pagamento	465	9.688
2.01.08.02	Taxa de Iluminação Pública	6.190	6.400
2.01.08.03	Encargos dos Consumidores	3.407	5.491
2.01.08.04	Valores a pagar	1	11.767
2.01.08.05	Outros	24.622	21.470
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	554.959	534.533
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	484.820	465.231
2.02.02	Debêntures	14.535	15.998
2.02.03	Provisões	51.599	51.813
2.02.03.01	Provisão para Contingências	40.580	40.794
2.02.03.02	Entidade de Previdência Privada	11.019	11.019
2.02.03.03	Passivo a Descoberto em Controlada	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	4.005	1.491
2.02.05.01	Ressarcimento Gerador - MAE	0	0
2.02.05.02	Tributos e Contribuições Sociais	4.005	1.491
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Participações Minoritárias	170.597	161.834
2.05	Patrimônio Líquido	742.056	536.808
2.05.01	Capital Social Realizado	713.217	527.617
2.05.01.01	Capital Social Subscrito	713.217	713.217
2.05.01.02	Capital Social a integralizar	0	(185.600)
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.02.01	Reserva para futuro aumento de capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2006	4 -31/03/2006
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.07.01	Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.839	9.191

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	257.517	502.567	201.129	391.217
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	253.880	496.027	198.256	385.648
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	1.182	1.360	33	156
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	1	77	4	8
3.01.04	Outras Receitas	2.454	5.103	2.836	5.405
3.02	Deduções da Receita Bruta	(65.746)	(128.319)	(48.836)	(97.203)
3.02.01	(-) ICMS sobre Venda de En. Elétrica	(39.094)	(76.392)	(28.609)	(55.564)
3.02.02	(-) COFINS	(19.657)	(38.132)	(11.171)	(23.418)
3.02.03	(-) PIS	(4.268)	(8.279)	(2.491)	(5.067)
3.02.04	(-) Cota para RGR	(2.617)	(5.234)	(3.354)	(6.707)
3.02.05	(-) ISS	(108)	(229)	(145)	(240)
3.02.06	(-) Encargo de Cap. Emerg.	(2)	(53)	(3.066)	(6.207)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	191.771	374.248	152.293	294.014
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(101.319)	(199.010)	(101.715)	(197.991)
3.04.01	Energia Eletrica Comprada p/ Revenda	(57.215)	(111.006)	(51.231)	(100.801)
3.04.02	Enc. Uso do Sist. de Trans. e Dist.	(11.572)	(22.170)	(12.101)	(22.520)
3.04.03	Custo Operação - Pessoal	(3.712)	(6.470)	(7.632)	(14.032)
3.04.04	Custo Operação - Material	(761)	(1.875)	(915)	(1.892)
3.04.05	Custo Operação - Serv. Terceiros	(5.531)	(10.704)	(7.099)	(15.387)
3.04.06	Custo Operação - Dep. e Amort.	(12.982)	(25.468)	(10.349)	(20.661)
3.04.07	Custo Operação - CCC e CDE	(6.485)	(15.771)	(8.229)	(15.166)
3.04.08	Custo Operação - Arr. e Aluguéis	(118)	(280)	(127)	(272)
3.04.09	Custo Operação - TFSEE	0	0	0	0
3.04.10	Custo Operação - Outras	(2.913)	(5.193)	(3.427)	(6.541)
3.04.11	Custo dos Serv. a Terc. - Pessoal	(4)	(4)	(171)	(186)
3.04.12	Custo dos Serv. a Terc. - Material	(8)	(41)	(88)	(97)
3.04.13	Custo dos Serv. a Terc. - Serv. Terceiro	(17)	(27)	(298)	(378)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.04.14	Custo dos Serv. a Terc. - Dep. e Amort.	0	0	0	0
3.04.15	Custo dos Serv. a Terc. - Arr. e Aluguel	0	0	0	0
3.04.16	Custo dos Serv. a Terc. - Outras	(1)	(1)	(48)	(58)
3.05	Resultado Bruto	90.452	175.238	50.578	96.023
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(46.477)	(96.792)	(29.392)	(61.630)
3.06.01	Com Vendas	(15.569)	(31.621)	(10.802)	(19.757)
3.06.01.01	Despesas com Vendas	(15.569)	(31.621)	(10.802)	(19.757)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(22.791)	(36.980)	(13.658)	(26.194)
3.06.02.01	Despesas Administrativas	(9.493)	(17.855)	(6.927)	(13.437)
3.06.02.02	Honorários dos Administradores	(924)	(3.225)	(595)	(1.047)
3.06.02.03	Prov. (Rev.) de PDD e Perda com Créditos	(8.151)	(8.572)	(3.778)	(7.382)
3.06.02.04	Prov. (Rev.) de Contingências	(2.275)	(3.737)	(920)	(1.381)
3.06.02.05	Depreciação e Amortização	(682)	(1.299)	(482)	(977)
3.06.02.06	Outras Despesas Operacionais	(1.266)	(2.292)	(956)	(1.970)
3.06.03	Financeiras	(6.873)	(25.703)	(4.932)	(15.679)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	20.720	35.636	15.024	25.839
3.06.03.01.01	Rendas Financeiras	15.761	27.254	9.175	17.525
3.06.03.01.02	Acréscimo Moratório de Energia Vendida	4.959	8.382	5.849	8.314
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(27.593)	(61.339)	(19.956)	(41.518)
3.06.03.02.01	Encargos de Dívidas	0	0	(4)	(8)
3.06.03.02.02	Variações Monetárias e Cambiais	(116)	(303)	(929)	(1.924)
3.06.03.02.03	Juros dos Empréstimos e Financiamentos	(25.082)	(44.409)	(18.014)	(37.585)
3.06.03.02.04	Comissões e outras despesas financeiras	0	(12.608)	0	0
3.06.03.02.05	Outras	(2.395)	(4.019)	(1.009)	(2.001)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.244)	(2.488)	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
3.06.06.01	Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.06.06.02	Amortização do Ágio	(1.244)	(2.488)	0	0
3.06.06.03	Ganho de Capital em Controlada	0	0	0	0
3.06.06.04	Outras Receitas	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	43.975	78.446	21.186	34.393
3.08	Resultado Não Operacional	(785)	(1.547)	(566)	984
3.08.01	Receitas	73	416	319	320
3.08.01.01	Receita Não Operacional	73	416	319	320
3.08.02	Despesas	(858)	(1.963)	(885)	664
3.08.02.01	Despesa Não Operacional	(858)	(1.963)	(885)	664
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	43.190	76.899	20.620	35.377
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(6.844)	(15.615)	0	0
3.10.01	Contribuição Social	(1.858)	(4.223)	0	0
3.10.02	Imposto de Renda	(4.986)	(11.392)	0	0
3.11	IR Diferido	(6.677)	(10.506)	0	0
3.11.01	IR/CSLL Diferidos	(6.677)	(10.506)	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	(9.136)	(21.310)	(7.235)	(12.405)
3.12.01	Participações	(9.136)	(21.310)	(7.235)	(12.405)
3.12.01.01	Acionistas Não Controladores	(9.136)	(21.310)	(7.235)	(12.405)
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Participações Minoritárias	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	20.533	29.468	13.385	22.972

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2006 a 30/06/2006	4 - 01/01/2006 a 30/06/2006	5 - 01/04/2005 a 30/06/2005	6 - 01/01/2005 a 30/06/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	196.675.177	196.675.177	566.861.873	566.861.873
	LUCRO POR AÇÃO	0,10440	0,14983	0,02361	0,04052
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

São Luis, 4 de agosto de 2006 – A Equatorial Energia S/A (Bovespa: EQTL11) anuncia os seus resultados do segundo trimestre de 2006 (2T06) e dos primeiros 6 meses de 2006 (1S06). A Equatorial Energia é uma empresa *holding* que através de sua subsidiária CEMAR - Companhia Energética do Maranhão, atua como concessionária do serviço de distribuição de energia elétrica em todo o estado do Maranhão. As informações estão apresentadas na forma consolidada e de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais da CEMAR, as relacionadas ao Programa “Luz para Todos” (PLPT) e as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram revisadas pelos auditores independentes.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- ✓ **A Receita Líquida** atingiu R\$374,2 milhões no 1S06, maior em 27,3% comparado ao 1S05.
- ✓ **Os Custos e as Despesas Gerenciáveis** (excluindo depreciação e amortização) foram de R\$77,7 milhões no 1S06, representando 20,8% da Receita Líquida, uma queda de 3,9 p.p. em relação aos 24,7% registrados no 1S05.
- ✓ **O EBITDA** atingiu R\$133,4 milhões no 1S06, 86,1% acima dos R\$71,7 milhões do 1S05. A margem EBITDA foi de 35,6% no período, representando um aumento de 11,2 p.p. comparado ao 1S05.
- ✓ **O Lucro Líquido** acumulado nos primeiros 6 meses de 2006 foi de R\$29,5 milhões, um crescimento de 28,3% diante de R\$23,0 milhões no 1S05. O lucro líquido do 1S06 Pró-forma seria de R\$41,3 milhões, desconsiderando os custos da abertura de capital ocorrida em março de 2006.
- ✓ **Os Investimentos** (excluindo investimentos diretos relacionados ao PLPT) totalizaram R\$49,3 milhões no 1S06.
- ✓ **O PLPT** administrado pela CEMAR atingiu 62,4 mil ligações em junho de 2006. Os investimentos diretos relacionados ao programa atingiram R\$59,8 milhões no 1S06, 36,1% maior do que no 1S05.
- ✓ **Os índices de DEC e FEC** da CEMAR apresentaram melhoria significativa no 1S06, com queda de 6,1% e 21,3% em comparação ao 1S05.
- ✓ As etapas do processo de reestruturação de pessoal na CEMAR, concluídas até junho de 2006, proporcionarão uma economia estimada em R\$9,9 milhões nos próximos 12 meses.
- ✓ No mês de abril de 2006 ocorreu a 1ª liberação de R\$22,3 milhões do financiamento de longo prazo do Banco do Nordeste do Brasil – BNB para a CEMAR.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- ✓ Em junho de 2006 a Companhia contratou a Pactual Corretora como formador de mercado.
- ✓ A CEMAR foi a vencedora do Prêmio ABRADEE 2006 na categoria “Maior Evolução do Desempenho” para distribuidoras com mais de 400.000 consumidores.

PRINCIPAIS DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$MM)	2T05	2T06	Var. %	1S05	1S06	Var. %
Receita Bruta	201,1	257,5	28,0%	391,2	502,6	28,5%
Receita Líquida (RL)	152,3	191,8	25,9%	294,0	374,2	27,3%
EBITDA	36,9	65,8	78,0%	71,7	133,4	86,1%
Margem EBITDA (%RL)	24,3%	34,3%	10,0 p.p.	24,4%	35,6%	11,2 p.p.
Resultado Operacional	26,1	52,1	99,4%	50,1	106,6	112,8%
Margem Operacional (%RL)	17,1%	27,2%	10,1 p.p.	17,0%	28,5%	11,5 p.p.
Lucro Líquido	13,4	20,5	53,2%	23,0	29,5	28,3%
Margem Líquida (%RL)	8,8%	10,7%	1,9 p.p.	7,8%	7,9%	0,1 p.p.
Dívida Líquida	385,4	179,8	-53,3%	385,4	179,8	-53,3%
Dívida Líquida / EBITDA (LTM)	3,0x	0,7x		3,0x	0,7x	
DADOS OPERACIONAIS	2T05	2T06	Var. %	1S05	1S06	Var. %
Energia Vendida (MWh)	677.209	697.806	3,0%	1.327.293	1.367.290	3,0%
Nº de Consumidores	1.202.147	1.306.885	8,7%	1.202.147	1.306.885	8,7%
Nº de Colaboradores	1.379	1.185	-14,1%	1.379	1.185	-14,1%

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MARANHÃO

Venda de Energia Elétrica

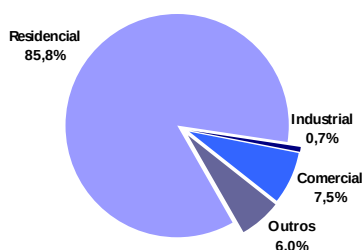
Em 30 de junho de 2006, a CEMAR possuía 1.306.885 unidades consumidoras em sua rede. No 2T06, o total de energia faturada (excluindo o consumo próprio) foi de 697.806 MWh, gerando uma receita líquida de R\$191,8 milhões, um crescimento de 25,9% em relação ao montante do 2T05, de R\$ 152,3 milhões. Esta evolução resultou principalmente de um crescimento de 3,0% no volume de energia faturada e de 14,6% na receita média por MWh no comparativo entre trimestres. Já em relação ao 1S06, a energia faturada atingiu 1.367.290 MWh, observando também um crescimento de 3,0% comparado ao 1S05, contribuindo para uma receita líquida de R\$374,2 milhões, um aumento de 27,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, que atingiu R\$294,0 milhões.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

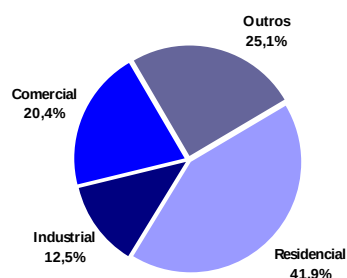
03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Base de Consumidores (% por Classe)



Energia Vendida (% por Classe)



CLASSE DE CONSUMO (MWh)	2T05	2T06	Var. %	1S05	1S06	Var. %
Residencial	274.281	292.580	6,7%	545.357	575.030	5,4%
Industrial	105.888	87.245	-17,6%	207.127	173.176	-16,4%
Comercial	135.339	142.685	5,4%	264.271	280.664	6,2%
Outros	161.701	175.296	8,4%	310.538	338.420	9,0%
TOTAL	677.209	697.806	3,0%	1.327.293	1.367.290	3,0%

Todas as classes apresentaram crescimento do volume de energia faturada com exceção da classe industrial, que apresentou uma queda de 17,6% em relação ao consumo do 2T05 devido, principalmente, a fatores originados no 1T06 (paralisação da Itapagé Celulose, redução do consumo da unidade da Primo Schincariol, redução de consumo das usinas de produção de ferro gusa) e adicionalmente:

- Redução do consumo em 973 MWh em relação ao 1S05 da Indústria Itapicurú de Cimento por manutenção preventiva nos meses de abril e maio. Em junho o seu consumo já retornou ao normal;
- Redução do consumo da Itajubara Indústria de Açúcar, em 879 MWh comparada ao 1S05, causada por fatores climáticos. O excesso de chuvas deste ano diminuiu a necessidade de irrigação do plantio de cana de açúcar.

Vale ressaltar que no 1S06, o Maranhão observou um crescimento da carga de demanda de energia elétrica de 1,8% frente ao 1S05, superior em 0,4 p.p. à carga do Sistema Interligado Nacional (SIN), de 1,4%, e maior 0,7 p.p. que o da região Nordeste, de 1,1%. Destaque-se o aumento de 3,0% no volume de energia vendida da CEMAR no 1S06, que foi superior em 1,9 p.p. ao crescimento de 1,1% observado no mercado consolidado das principais distribuidoras da região Nordeste. A classe industrial, mesmo com a queda de 17,6% no

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

volume de energia faturada, apresentou no 2T06 um crescimento de 1,1% da receita de fornecimento em relação ao 2T05, devido à revisão tarifária ocorrida em 28 de agosto de 2005.

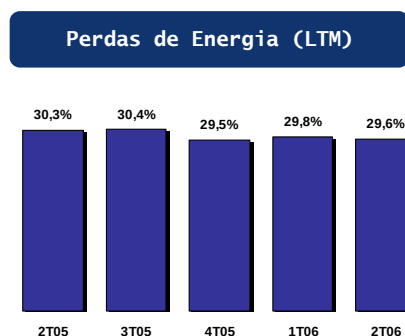
Balanco Energético

O volume de energia requerida (sem geração própria) pelo sistema da CEMAR alcançou 983.932 MWh no 2T06 e 1.950.436 MWh no 1S06, sendo que o fornecimento aos consumidores foi de 698.747 MWh e 1.369.287 MWh nestes períodos.

Bal. Energético (MWh)	2T05	2T06	Var. %	1S05	1S06	Var. %
Requerida	966.722	983.932	1,8%	1.893.337	1.950.436	3,0%
Vendas (com Consumo Próprio)	678.396	698.747	3,0%	1.329.665	1.369.287	3,0%
Perdas	288.326	285.185	-1,1%	563.672	581.149	3,1%

Perdas na Distribuição de Energia

As perdas de energia acumuladas nos últimos 12 meses, excluindo as perdas da rede básica, foram de 29,6% no 2T06, apresentando uma redução de 0,7 p.p. em relação ao mesmo período de 2005. Esse resultado deve-se à continuidade de algumas iniciativas de períodos anteriores, tais como: a) nova metodologia de gestão das perdas comerciais e reorganização dos processos relacionados; b) qualificação do parque de medição dos clientes de alta tensão e dos principais clientes de baixa tensão; e c) auditoria das medições dos pontos de suprimento.



Vale ressaltar que, descontando o efeito da paralização do cliente Itapagé Celulose, o índice de perdas de energia nos últimos 12 meses seria de 29,3%.

Receita Média por MWh

No 2T06, a receita média (Incluindo ICMS/PIS/COFINS) foi de R\$321,0/MWh, representando um crescimento de 14,6% em comparação com o 2T05, de R\$280,0/MWh. Em termos acumulados, a receita média do 1S06 foi de R\$330/MWh, 22,7% superior ao do 1S05.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Custo Médio por MWh

No 1S06, o Custo Médio de Aquisição de Energia (excluindo custos de transporte e líquidos de PIS/COFINS) foi de R\$54,90 por MWh, representando um crescimento de 6,3% em relação 1S05.

CUSTO MÉDIO DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA	1S05	1S06	Var.%
Energia Comprada* (R\$MM)	100,8	111,0	10,1%
MWh Contratado	1.952.979	2.023.312	3,6%
R\$/MWh	51,6	54,9	6,3%

* Líquida de PIS/COFINS

Este aumento é decorrente da finalização, em dezembro de 2005, dos contratos iniciais assinados com a ELETRONORTE e CEPISA ao custo médio de R\$55,77 por MWh, e da entrada em vigor dos contratos referentes ao produto 2006/2014, relacionados ao Leilão de Energia Existente realizado em dezembro de 2004, ao custo médio de R\$67,33 por MWh, e ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD realizado em setembro de 2005, ao custo médio de R\$57,51 por MWh.

CONTRATOS (R\$ Mil)	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Leilão Chesf	148.920	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produto 2005/2012	2.922.632	2.922.632	2.930.639	2.922.632	2.922.632	2.922.632	2.930.639	-	-	-
Produto 2006/2013	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	1.110.517	1.110.517	1.113.560	1.110.517	-	-
Produto 2007/2014	-	405.307	406.418	405.307	405.307	405.307	406.418	405.307	405.307	-
Produto 2008/2015	-	-	213.451	212.868	212.868	212.868	213.451	212.868	212.868	212.868
Proinfa	12.413	104.244	104.530	104.244	104.244	104.244	104.530	104.244	104.244	104.244
MCSD	52.665	51.859	52.001	51.859	51.859	51.859	52.001	-	-	-
MCSD 4%	32.412	32.412	32.501	32.412	32.412	32.412	32.501	8.926	-	-
Nova 2008/2022/2037	-	-	25.649	25.579	25.579	25.579	25.649	25.579	25.579	25.579
Nova 2009/2023/2038	-	-	-	138.846	138.846	138.846	139.226	138.846	138.846	138.846
Nova 2010/2024/2039	-	-	-	-	369.847	369.847	370.860	369.847	369.847	369.847
Leilão A-3	-	-	-	239.498	239.498	239.498	240.155	239.498	239.498	239.498
TOTAL - MWh	4.279.558	4.626.971	4.878.748	5.243.763	5.613.610	5.613.610	5.628.990	2.615.634	1.496.190	1.090.883

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Líquida

A Receita Líquida no 2T06 foi de R\$191,8 milhões e no 1S06 de R\$374,2 milhões, representando um crescimento de 25,9% e 27,3% em relação aos mesmos períodos de 2005. As variações devem-se principalmente ao impacto positivo da revisão tarifária ocorrida no final de agosto de 2005, com percentual médio de 15,95% e do repasse das CVAs em 3,8%, aliados ao crescimento de 3,0% do volume de energia vendida.

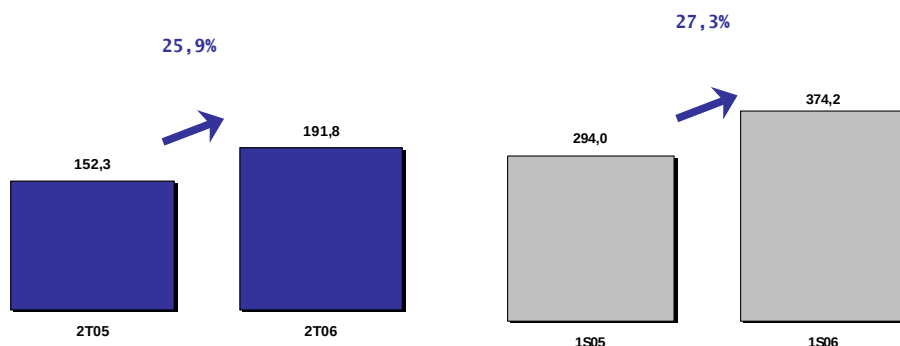
02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita Líquida 2T06 - 2T05 (R\$ MM)

Receita Líquida 1S06 - 1S05 (R\$ MM)



No 2T06, as classes de consumo responsáveis pelos maiores crescimentos registrados em relação ao mesmo período do ano anterior foram: residencial - 21,0%, comercial - 19,0% e outros - 21,7%. Já em relação às variações observadas no 1S06, temos: residencial - 20,5%, comercial - 20,6% e outros - 23,5% (variações referentes aos valores de receita bruta por classe, incluindo ICMS e PIS/COFINS).

Custos e Despesas Operacionais

No 2T06, os custos e despesas operacionais (custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis excluindo depreciação e amortização) foram de R\$126,0 milhões, representando 65,7% da receita líquida, o que significa uma redução de 10,0 p.p. em relação à receita líquida, se compararmos aos 75,7% da receita líquida que os R\$115,3 milhões de custos e despesas atingiram no mesmo período de 2005. Em relação ao 1S06, estes custos e despesas atingiram R\$240,8 milhões (64,4% da receita líquida), uma queda de 11,3 p.p. em relação ao 1S05.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RS MM	Média T05	2T05	2T06	Var. %	Média S05	1S05	1S06	Var. %
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS	38,4	39,0	43,2	10,7%	76,9	72,6	77,7	7,0%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS (% Rec. Líq.)	23,1%	25,6%	22,5%	-3,1 p.p.	23,1%	24,7%	20,8%	-3,9 p.p.
Pessoal	12,8	13,4	10,6	-20,5%	25,5	23,0	22,0	-4,5%
Material	1,4	1,3	1,0	-20,8%	2,8	2,5	2,4	-3,8%
Serviço de Terceiros	15,0	14,4	15,3	6,6%	30,0	29,4	28,7	-2,3%
Outros	2,8	4,2	2,8	-33,3%	5,6	5,9	5,4	-7,4%
PMSO	32,0	33,2	29,7	-10,4%	63,9	60,8	58,5	-3,7%
PMSO (% Rec. Líq.)	19,2%	21,8%	15,5%	-6,3 p.p.	19,2%	20,7%	15,6%	-5,0 p.p.
Provisões	5,0	4,7	10,4	121,9%	10,0	8,8	12,3	40,4%
PMSO d' Provisões	37,0	37,9	40,2	6,0%	73,9	69,5	70,8	1,9%
PMSO d' Provisões (% Rec. Líq.)	22,2%	24,9%	20,9%	-3,9 p.p.	22,2%	23,6%	18,9%	-4,7 p.p.
Reestruturação	1,5	1,1	3,0	167,8%	2,9	3,1	6,9	124,5%
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS	77,0	76,3	82,8	8,5%	153,9	149,7	163,2	9,0%
Energia Comprada e Transporte	53,8	51,2	57,2	11,7%	107,5	100,8	111,0	10,1%
Encargos de Serviço do Sistema	11,9	12,1	11,6	-4,4%	23,8	22,5	22,2	-1,5%
Cota de Consumo de Combustível - CCC	6,8	7,1	5,4	-24,5%	13,6	14,9	13,5	-9,0%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1,1	1,1	1,1	0,0%	2,2	2,2	2,2	1,6%
Amortização de CVA	5,5	4,1	6,0	44,6%	10,9	8,1	11,7	44,6%
Outros	-2,0	0,6	1,6	158,1%	-4,1	1,2	2,5	102,4%
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO (D.&A.)	12,2	10,8	13,7	26,2%	24,4	21,6	26,8	23,7%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (Ex-D.&A.)	115,4	115,3	126,0	9,3%	230,8	222,3	240,8	8,3%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (Ex-D.&A. - % Rec. Líq.)	69,4%	75,7%	65,7%	-10,0 p.p.	69,4%	75,6%	64,4%	-11,3 p.p.
TOTAL (Inc. D.&A.)	127,6	126,1	139,7	10,7%	255,2	243,9	267,6	9,7%

Custos e Despesas Gerenciáveis

Os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, representadas pelos custos e despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Provisões e Outros (excluindo depreciação e amortização), foram de R\$43,2 milhões no 2T06 e R\$77,7 milhões no 1S06, uma variação de 10,7% e 7,0% quando comparado com os mesmos períodos em 2005, de R\$39,0 milhões e R\$72,6 milhões respectivamente. No entanto, em relação à receita líquida, estes resultados representaram uma redução 3,1 p.p. comparadas com 2T05, e de 3,9 p.p. contra o 1S05.

As despesas com pessoal, desconsiderando os custos relativos à reestruturação do quadro funcional, reduziram 20,5% no comparativo entre o 2T06 e 2T05, de R\$13,4 milhões para R\$10,6 milhões, devido à redução de 14,1% no número de empregados próprios, de 1.379 em 30 de junho de 2005 para 1.185 em 30 de junho de 2006. Em termos semestrais, podemos verificar uma queda de 4,5% nos custos e despesas com pessoal, de R\$23,0 milhões no 1S05 para R\$22,0 milhões no 1S06. As despesas com reestruturação totalizaram R\$6,9 milhões no 1S06, 124,5% acima do valor observado no 1S05, de R\$3,1 milhões. O processo de reestruturação de pessoal da CEMAR, implementado até Junho de 2006, proporcionará uma economia anual aproximada de R\$9,9 milhões.

Os custos e despesas com materiais foram de R\$1,0 milhão no 2T06 e de R\$2,4 milhões no 1S06, apresentando quedas de 20,8% e 3,8% em relação aos mesmos períodos de 2005.

Com serviços de terceiros, a Companhia incorreu em custos e despesas de R\$15,3 milhões no 2T06 e de R\$28,7 milhões no 1S06, que representam um crescimento de 6,6% e uma queda de 2,3% comparados ao 2T05 e ao 1S05, respectivamente. Esta redução no semestre

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

é justificada por um esforço de redução de preços de serviços através de renegociações contratuais e aumento de produtividade, a despeito dos reforços nas equipes operacionais para melhorias nas atividades de manutenção e expansão de redes e subestações, aumento nos efetivos de corte e religação e elevação da quantidade de inspeções de medidores.

As provisões (PDD e Provisão para Contingências), atingiram R\$10,4 milhões no 2T06, um acréscimo de R\$5,7 milhões quando comparado ao valor observado neste período em 2005. Este aumento é principalmente explicado: a) pelo aumento da provisão para contingências em R\$1,3 milhão; e, b) pela evolução da PDD (PDD e Perdas), com um aumento de R\$4,3 milhões.

Custos e Despesas Não Gerenciáveis

No 2T06, o valor desembolsado de CCC, líquido de constituição de CVA, foi de R\$5,4 milhões, representando uma elevação de 24,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. No que tange a CDE, não houve alteração entre o 2T06 e o 2T05. No 1S06, os gastos com CCC e CDE atingiram R\$13,5 milhões e R\$2,2 milhões, uma diminuição de 9,0% e um crescimento 1,6% respectivamente, em relação ao mesmo período de 2005. Destaque-se que no 1S06 foi registrada na conta “Outros – Custos e Despesas Não Gerenciáveis” uma despesa não recorrente de R\$1,7 milhão relativa ao reconhecimento da obrigação setorial de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento do ciclo de 2005/2006, ainda não realizada, conforme determinação da Aneel de abril de 2006.

CVA ¹

Na CVA foi constituído um valor de R\$9,1 milhões no 1S06, e amortização atingiu R\$11,7 milhões, aumentos de R\$7,3 milhões e de R\$3,6 milhões respectivamente, quando comparamos ao 1S05. Já em relação ao 2T06, constituiu-se um valor de R\$4,5 milhões na CVA, e a amortização de CVA atingiu R\$6,0 milhões, crescimentos de R\$3,7 milhões e R\$1,8 milhão, respectivamente, comparados ao 2T05.

CVA (R\$ Mil)	2T05	2T06	Var. %	1S05	1S06	Var. %
CVA	756	4.447	487,8%	1.814	9.098	401,5%
Amortização	(4.142)	(5.991)	44,7%	(8.118)	(11.739)	44,6%

1 O reajuste de alguns custos e despesas não gerenciáveis pertencentes à Parcela A da tarifa da CEMAR não são concatenados com os reajustes tarifários anuais da Companhia. Consequentemente, estes custos e despesas geram desembolsos diferentes dos previstos durante o período entre os reajustes tarifários. Estas diferenças são registradas na conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”) e atualizadas até o reajuste seguinte, momento em que ocorre o repasse para a tarifa. Os principais custos e despesas previstos na Parcela A não concatenados com nosso reajuste são: CCC, CDE, Energia Elétrica e Uso da Rede Básica. Após o repasse para a tarifa, os saldos da CVA são amortizados na medida em que ocorre a recuperação das diferenças desembolsadas.

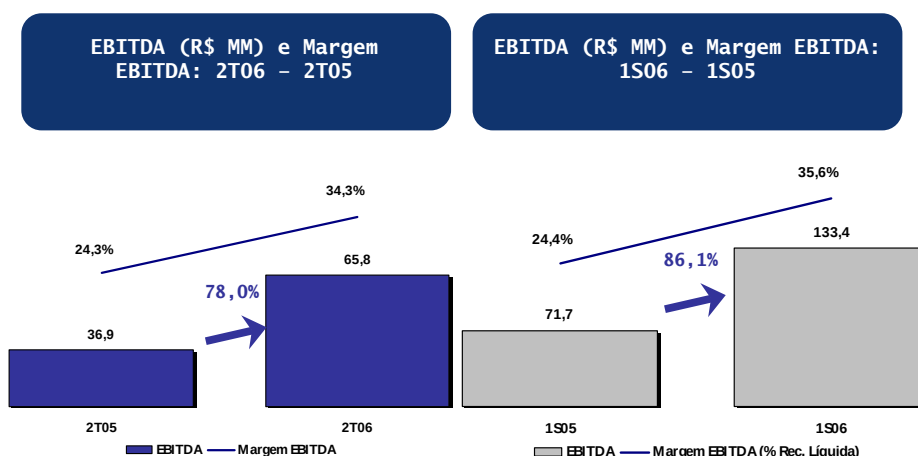
02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA

No 2T06, o EBITDA foi de R\$65,8 milhões, e no 1S06, de R\$133,4 milhões representando um crescimento de 78,0% e 86,1%, respectivamente, comparados aos R\$36,9 milhões do 2T05 e R\$71,7 milhões do 1S05. A margem EBITDA (% da Receita Líquida) foi de 34,3% no 2T06, representando uma elevação de 10,0 p.p. em relação ao mesmo período de 2005. No 1S06, a margem EBITDA atingiu 35,6%, um acréscimo de 11,2 p.p. comparado ao 1S05.



O novo modelo de gestão da Equatorial Energia, ainda em consolidação na CEMAR, continua a simplificar processos e atividades operacionais, enfatizando um controle rígido dos gastos gerenciáveis, produzindo novas oportunidades de criação de valor, refletindo-se em maiores margens e geração de caixa.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Companhia foi negativo em R\$6,9 milhões no 2T06, comparado ao resultado também negativo de R\$4,9 milhões no 2T05. As receitas financeiras apresentaram um aumento de 37,9% no comparativo entre os períodos, passando de R\$15,0 milhões no 2T05 para R\$20,7 milhões no 2T06. Já as despesas financeiras aumentaram em 38,3% no 2T06, de R\$20,0 milhões no 2T05 para R\$27,6 milhões.

A variação das receitas financeiras deve-se basicamente ao rendimento dos recursos provenientes da emissão primária. A elevação das despesas financeiras é explicada principalmente pelos seguintes fatores: a) a liberação da primeira parcela do financiamento contratado da CEMAR com o BNB, o que acarretou o pagamento de taxas e comissões

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

financeiras da ordem de R\$6,1 milhões; e b) o pagamento do serviço de juros deste financiamento já em maio de 2006.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No 2T06, as despesas referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram de R\$13,5 milhões. No 1S06, esta despesa atingiu R\$26,1 milhões.

I.R / C.SLL (R\$MM)	1T06	2T06	1S06
Despesa I.R / C.SLL	12,6	13,5	26,1
(-) Ativo Fiscal Diferido	(3,9)	(6,5)	(10,4)
(-) Incentivo ADENE	(3,0)	(2,7)	(5,7)
= Imposto Caixa	5,7	4,3	10,0
LAIR	33,7	43,2	76,9
Taxa Efetiva de I.R / C.SLL (%)	37,4%	31,3%	33,9%
Taxa Efetiva de I.R / C.SLL (%) - Caixa	16,8%	10,0%	13,0%

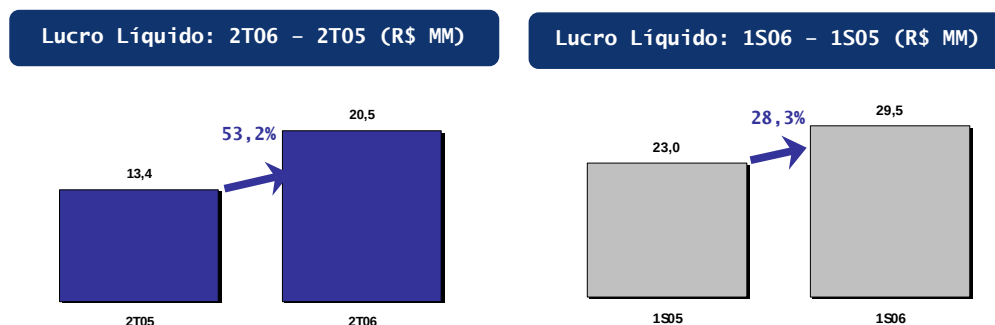
Dos valores mencionados acima, os montantes de R\$6,5 milhões e R\$10,4 milhões referem-se à amortização do Ativo Fiscal Diferido (constituído no final de 2005) nos períodos 2T06 e 1S06, respectivamente, baseado no disposto na Instrução no. 371/2000 da CVM.

As despesas referentes ao Imposto de Renda no 2T06 não consideram o incentivo fiscal de R\$2,7 milhões obtidos junto à Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, que deduziu o imposto a pagar (efeito caixa) no trimestre e é registrado como Reserva de Capital na conta de Patrimônio Líquido. No 1S06, esse benefício atingiu R\$5,7 milhões (vide tabela acima).

Os desembolsos efetivos da Companhia com Imposto de Renda e Contribuição Social no 2T06 e 1S06 foram de R\$4,3 milhões e R\$10,0 milhões, respectivamente.

Lucro Líquido

No 2T06, a Companhia alcançou um lucro líquido de R\$20,5 milhões, comparado a um lucro de R\$13,4 milhões no 2T05, representando um aumento de 53,2%. Já em relação ao 1S06, o lucro líquido foi de R\$ 29,5 milhões, um crescimento de 28,3% comparado ao 1S05.



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

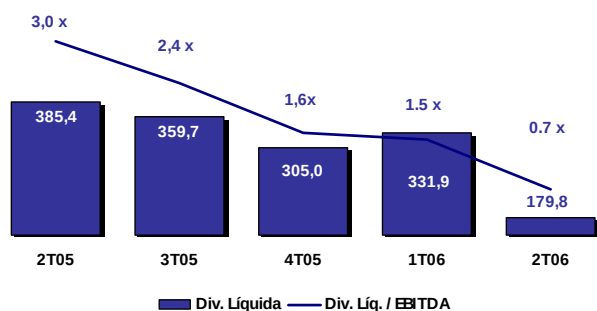
O lucro líquido do 1S06 Pró-forma seria de R\$41,3 milhões, 79,8% superior ao do 1S05, desconsiderando os custos da abertura de capital ocorrida em março de 2006.

ENDIVIDAMENTO

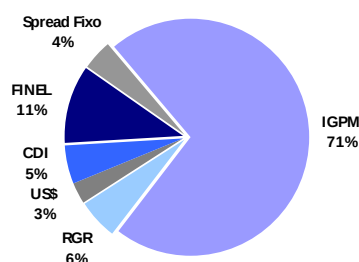
No 2T06 o endividamento total da Companhia, incluindo encargos, atingiu R\$535,1 milhões, uma elevação de R\$20,6 milhões, ou 3,9%, em relação ao 1T06. Comparado ao saldo do 2T05, houve uma elevação de R\$60,0 milhões, ou 12,6%. A dívida líquida, considerando as disponibilidades e os ativos regulatórios líquidos, foi de R\$179,8 milhões no 2T06, 45,8% inferior se comparada ao valor de R\$331,9 milhões no 1T06 e 53,3% inferior ao montante de R\$385,4 milhões no 2T05.

No final do 2T06, o saldo devedor das debêntures era de R\$20,8 milhões (1T06 – R\$22,3 milhões), representando uma redução de 6,6% no comparativo entre os períodos. Da mesma forma, o contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional, no final do 2T06, apresentou um saldo de R\$15,2 milhões, representando uma redução de 6,4%, principalmente em função da valorização do Real frente ao Dólar (5,9%) ocorrida no período.

Div. Líquida (R\$ MM) e Relação Div. Líquida / EBITDA



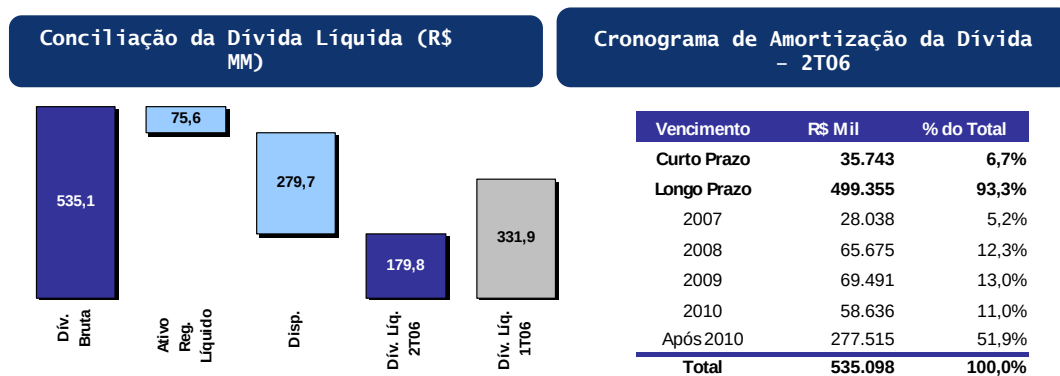
Composição da Dívida Bruta por Indexador - 2T06



02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



No final do segundo trimestre de 2006, o saldo devedor da Eletrobrás apresentou um valor de R\$285,7 milhões (1T06 – R\$281,7 milhões), representando um aumento de 1,4% no comparativo entre os períodos, decorrente das altas do IGP-M nos meses de maio e junho e da capitalização parcial das despesas com juros previstas nos contratos de financiamento.

O aumento da dívida bruta é justificado pela liberação da primeira parcela no montante de R\$22,3 milhões da linha de financiamento concedida pelo BNB para a CEMAR, no valor total de R\$136,1 milhões, a ser utilizada para investimentos em projetos de redução das perdas de energias, melhoria da qualidade do fornecimento de energia, aumento da capacidade de suprimento e reestruturação dos sistemas de tecnologia da informação. A linha de financiamento do BNB, com 3 anos de carência e 8 anos de amortização e uma taxa efetiva nominal de 11,9% a.a., mantém a qualidade diferenciada do endividamento da Controlada, cujo custo médio nos últimos 12 meses foi de 10% a.a. (65,6% do CDI) e prazo médio de 10,1 anos. Seu perfil concentra-se no longo prazo, com apenas 6,7% das amortizações previstas para o curto prazo. Apesar do aumento do endividamento, a geração de caixa no 2T06 e os recursos da emissão primária levaram a relação dívida líquida/EBITDA da Equatorial para 0,7x.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados visam melhorar o sistema elétrico da CEMAR no estado do Maranhão, proporcionando um fornecimento de energia mais confiável e de maior qualidade para os seus consumidores. Conjugado com o PLPT, financiado pelo Governo Federal e administrado pelo Ministério de Minas e Energia e pela Eletrobrás em nível nacional, o montante total de recursos investidos nos últimos 12 meses atingiu R\$270,0

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

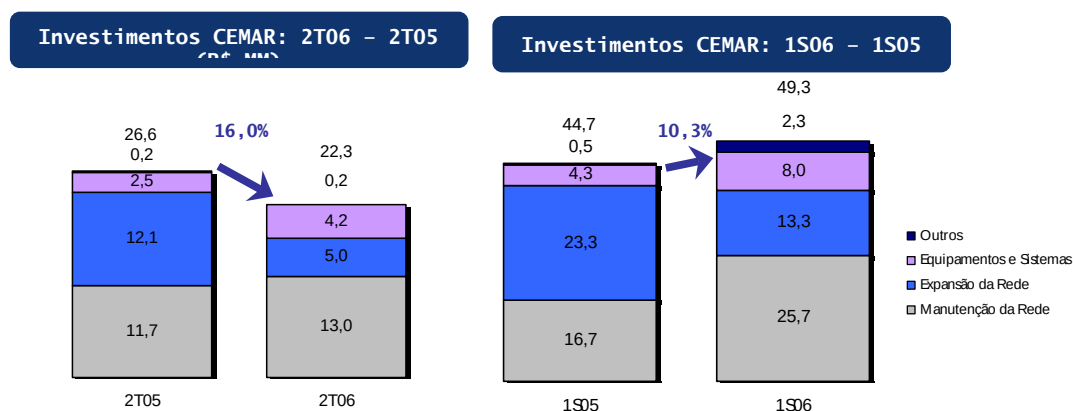
08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

milhões, um dos maiores programas de investimento em andamento no Estado do Maranhão.

Investimentos CEMAR

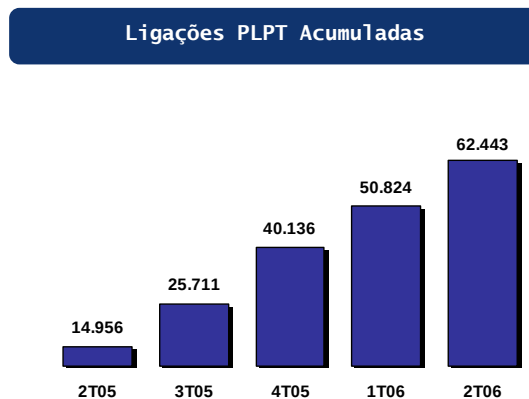
Os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$22,3 milhões no 2T06, representando uma redução de 16,0% em relação ao mesmo período de 2005, de R\$26,6 milhões. No 1S06, esses investimentos atingiram R\$49,3 milhões.

Esperamos para 2006 um volume de investimentos próprios, excluindo investimentos diretos relativos ao PLPT, da ordem de R\$120 milhões.



Investimentos PLPT

Ao final do 2T06, foi alcançada a marca de 62.443 consumidores ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 312 mil habitantes. O PLPT já está presente em 143 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados



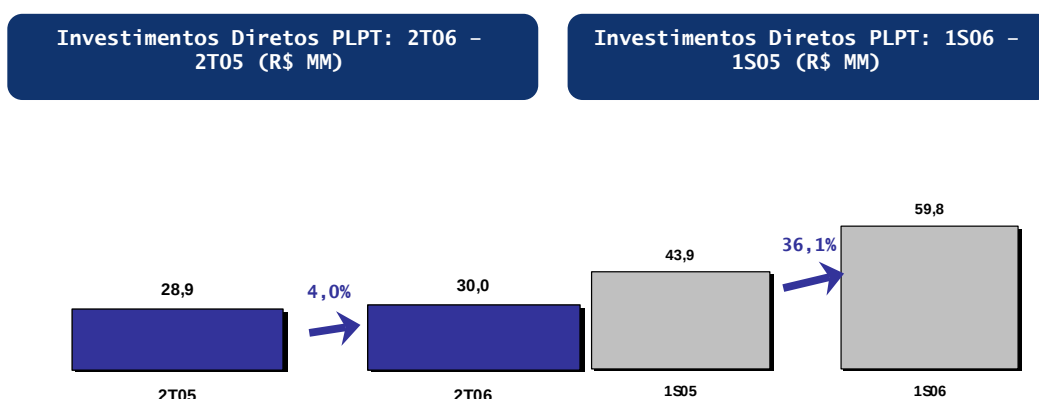
02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

urbanos e para a geração de renda nestas localidades.

Durante o 2T06, o investimento direto no PLPT, que incluem gastos com materiais, serviços de terceiros e os impostos correlacionados, foi de R\$30,0 milhões permitindo a adição de 11.619 ligações de novos consumidores através do PLPT, 46,6% superior ao número de ligações deste período no ano anterior. Em relação ao 1S06, o montante investido atingiu R\$ 59,8 milhões, um crescimento de 36,1% em relação ao mesmo período de 2005.



INDICADORES OPERACIONAIS

Estes investimentos e as mudanças implementadas na operação e manutenção da rede, assim como a reestruturação da gestão corporativa da CEMAR, continuam a se refletir em melhoria nos índices de qualidade e eficiência da Companhia, conforme demonstrado a seguir.

Qualidade Operacional

Em junho, a CEMAR obteve os melhores índices de DEC e FEC desde 2001, quando se iniciou a medição destes parâmetros para todo o Maranhão.

DEC (Horas)	2T05	2T06	Meta Aneel Trím.	Var. % T-O-T	1S05	1S06	Meta Aneel Anual	Var. % S-O-S
CEMAR	13,1	11,8	37,7	-10,0%	29,0	27,3	62,8	-6,1%
SLZ	8,0	6,2	18,0	-22,3%	19,6	12,3	30,0	-37,1%

FEC (No. de Vezes)	2T05	2T06	Meta Aneel Trím.	Var. % T-O-T	1S05	1S06	Meta Aneel Anual	Var. % S-O-S
CEMAR	7,8	5,9	27,2	-23,5%	17,3	13,6	45,3	-21,3%
SLZ	6,9	4,1	18,0	-41,0%	15,9	7,9	30,0	-50,0%

Nota: A Aneel determina metas para cada conjunto (unidade geográfica, na maioria dos casos, equivalente a um município) da área de concessão de maneira mensal, trimestral e anual. A meta trimestral equivale a 60% da meta anual, de acordo com método de cálculo indicado pela Agência. Portanto, a meta de DEC e FEC da CEMAR é uma média ponderada do número de consumidores por conjunto da área de concessão da CEMAR.

Fonte: Resolução Normativa no. 209/2006 da Aneel

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

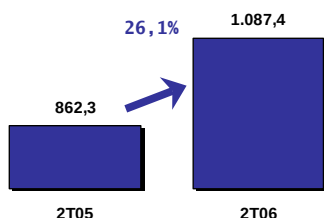
No 2T06, o DEC e o FEC foram de 11,8 horas (h) e 5,9 vezes (x), representando uma redução de 10,0% e 23,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nos primeiros 6 meses acumulados de 2006, o DEC atingiu 27,3h e o FEC 13,6x, uma redução de 6,1% e 21,3% em relação ao 1S05 respectivamente, apesar das chuvas em excesso². Com a entrada de novas prestadoras de serviço, com a continuidade da coordenação centralizada do Centro de Operação do Sistema e dos Centros de Operação de Distribuição, e com as ações preventivas, esperamos manter a tendência declinante destes indicadores.

Na Ilha de São Luis, o DEC e o FEC do 2T06 foram 6,2h e 4,1x, uma diminuição de 22,3% e 41,0% em relação ao 2T05. Ao compararmos o 1S06 contra o 1S05, a redução foi ainda mais significativa – o DEC passou de 19,6h para 12,3h, diminuindo 37,1%, e o FEC, de 15,9x para 7,9x, uma redução de 50,0%, resultado de um plano de investimentos e de gestão da rede específicos para a capital do Estado.

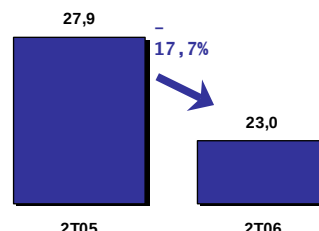
Eficiência

Pelos resultados obtidos em 2005, a CEMAR foi eleita pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADEE, a melhor distribuidora do Brasil acima de 400.000 consumidores na categoria “Maior Evolução do Desempenho”. Abaixo relacionamos alguns indicadores utilizados no setor para acompanhar a eficiência operacional.

Consumidores por Colaborador 2T06 - 2T05



PMSO* por Consumidor: 2T06 - 2T05



* excluindo provisões e despesas com reestruturação

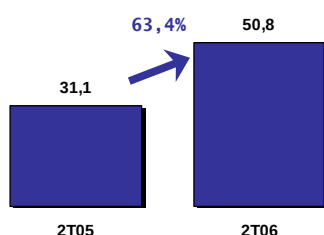
2 - O índice pluviométrico total médio estadual acumulado Fev06-Abr06 foi de 918,0 mm, 23,8 % superior à média histórica (741,6 mm).

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

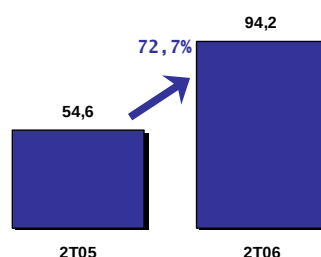
03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA (R\$) por Consumidor 2T06
-2T05



EBITDA (R\$) por MWh 2T06 -2T05



ATENDIMENTO AO CLIENTE

No 1S06 consolidamos a nova estratégia de atendimento ao cliente CEMAR, através do novo serviço de *call center* e de quiosques localizados em pontos de alta concentração de pessoas, como *shopping centers* e supermercados. No 2T06, a CEMAR celebrou uma parceria com a Caixa Econômica Federal para complementação do atendimento hoje efetuado na rede de lotéricas - além de pagar sua conta, o consumidor agora pode emitir segunda via de sua fatura apenas com o número de sua unidade consumidora.

A rede física de atendimento da CEMAR foi reformulada, passando de uma cobertura através de agências próprias para uma nova forma de atendimento através de postos de atendimento terceirizados e agentes credenciados.

CAPITAL SOCIAL

Em 5 de Abril de 2006, conforme divulgado anteriormente, a Equatorial Energia realizou uma oferta pública inicial, primária e secundária, com um aumento no capital social da Companhia no valor de R\$185,6 milhões, tendo sido emitidas 12.800.000 ações ordinárias e 25.600.000 ações preferenciais, sob forma de 12.800.000 certificados de depósitos de ações (Units). Desta forma, em 30 de junho de 2006 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado era de R\$713,2 milhões (R\$527,6 milhões no 1T06), representado em ações na seguinte forma:

ACIONISTAS	Total	Part.%	Ordinárias	Part.%	Preferenciais	Part.%
BRASIL ENERGIA I LLC	79.890.009	40,6%	63.706.828	62,1%	16.183.181	17,2%
ACIONISTAS MINORITÁRIOS	116.785.168	59,4%	38.928.392	37,9%	77.856.776	82,8%
TOTAL	196.675.177	100,0%	102.635.220	100,0%	94.039.957	100,0%
UNITS - PRÓ-FORMA	65.558.392		34.211.740		31.346.652	

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em reunião realizada em 30 de maio de 2006, o Conselho de Administração da Equatorial Energia elegeu o Sr. Leonardo Dias como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Na mesma data, o Conselho de Administração da CEMAR elegeu o Sr. Carlos Piani como Presidente e o Sr. Leonardo Dias como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

A Companhia não contratou da KPMG Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços da além auditoria externa. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Acompanhamento Consolidado de Posição Acionária

DT.BASE:30.06.2006

1) Posição Consolidada dos detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe da Companhia

Companhia: Equatorial Energia S.A.					Posição em 30/06/2006 em Mil Ações	
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Brasil Energia I LLC*	58.721.154	57,2%	12.572.867	13,4%	71.294.021	36,2%
Tordezilhas S.A.**	4.985.674	4,9%	3.610.314	3,8%	8.595.988	4,4%
Ações em Tesouraria	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Janus Overseas Fund	2.780.900	2,7%	5.561.800	5,9%	8.342.700	4,2%
Minoritários	36.147.492	35,2%	72.294.976	76,9%	108.442.468	55,1%
Total	102.635.220	100,0%	94.039.957	100,0%	196.675.177	100,0%

* A Brasil Energia I LLC é uma companhia com sede no exterior

** A Tordezilhas S.A. é uma subsidiária integralmente controlada pela Brasil Energia I LLC

2) Posição Consolidada dos administradores e ações em circulação

Companhia: Equatorial Energia S.A.					Posição em 30/06/2006 (em unidades)	
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	63.706.828	62,1%	16.183.181	17,2%	79.890.009	40,6%
Brasil Energia I LLC*	58.721.154	57,2%	12.572.867	13,4%	71.294.021	36,2%
Tordezilhas	4.985.674	4,9%	3.610.314	3,8%	8.595.988	4,4%
Administradores	1.450.358	1,4%	2.900.708	3,1%	4.351.066	2,2%
Conselho de Administração	58.014	0,1%	116.033	0,1%	174.047	0,1%
Diretoria	1.392.344	1,4%	2.784.675	3,0%	4.177.019	2,1%
Conselho Fiscal	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Ações em Circulação	37.478.034	36,5%	74.956.068	79,7%	112.434.102	57,2%
Total	102.635.220	100,0%	94.039.957	100,0%	196.675.177	100,0%

* A Brasil Energia I é uma companhia com sede no exterior

Outras informações

Conselho Fiscal não instalado.

A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos
Conselho de Administração e Acionistas da
Equatorial Energia S.A.
São Luis - MA

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais da Equatorial Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2006, compreendendo o balanço patrimonial, o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e sua controlada, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado consolidado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e sua controlada, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e sua controlada.
3. Baseados em nossa revisão especial não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais obrigatórias.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5c, as informações trimestrais consolidadas incluem R\$8.010 mil referentes a contas a receber de longo prazo da controlada, decorrente de comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia elétrica – CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE), registrado com base em valores fornecidos pela própria CCEE e instruções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A realização desse montante depende da definição de processos judiciais movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado.

02001-0 EQUATORIAL ENERGIA S.A.

03.220.438/0001-73

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

5. As informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2005, apresentadas para fins comparativos, não foram revisadas por auditores independentes.

4 de agosto de 2006

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contador CRC-RJ-057.497/O-“S”- MA

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02001-0	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	03.220.438/0001-73

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	NOTAS EXPLICATIVAS	12
05	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	56
06	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	57
06	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	59
07	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	61
08	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	65
16	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	82
17	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	83/84